

JESUINO JUNIOR PIRES

A DISTINÇÃO ENTRE
CONTEÚDO E OBJETO
NA OBRA *ZUR LEHRE VOM INHALT UND
GEGENSTAND DER VORSTELLUNGEN*
DE K. TWARDOWSKI



**A DISTINÇÃO ENTRE
CONTEÚDO E OBJETO**
NA OBRA *ZUR LEHRE VOM INHALT UND
GEGENSTAND DER VORSTELLUNGEN*
DE K. TWARDOWSKI

APOLODORO VIRTUAL EDIÇÕES

Direção editorial: Charles Feldhaus (UEL/Brasil)

SÉRIE “Racionalidade, Intencionalidade e Semântica”

Editor da série: Evandro O. Brito (UNICENTRO/Brasil)

Comitê Editorial

- Aline Medeiros Ramos (UQAM e UQTR/Canadá)
- Alexandre Lima (IFC/Brasil)
- Arthur Meucci (UFV/Brasil)
- Caroline Izidoro Marim (PUC-RS/Brasil)
- Celso Reni Braidá (UFSC/Brasil)
- Charles Feldhaus (UEL/Brasil)
- Cleber Duarte Coelho (UFSC/Brasil)
- Elizia Cristina Ferreira (UNILAB/Brasil)
- Ernesto Maria Giusti (UNICENTRO/Brasil)
- Evandro Oliveira de Brito (UNICENTRO/Brasil)
- Fernando Mauricio da Silva (FMP/Brasil)
- Flávio Miguel de Oliveira Zimmermann (UFFS/Brasil)
- Gilmar Evandro Szczepanik (UNICENTRO/Brasil)
- Gislene Vale dos Santos (UFBA/Brasil)
- Gilson Luís Voloski (UFFS/Brasil)
- Halina Macedo Leal (FSL-FURB/Brasil)
- Héctor Oscar Arrese Igor (CONICET/Argentina)
- Jason de Lima e Silva (UFSC/Brasil)
- Jean Rodrigues Siqueira (UNIFAI/Brasil)
- Joedson Marcos Silva (UFMA/Brasil)
- Joelma Marques de Carvalho (UniSALZBURG, Áustria)
- José Cláudio Morelli Matos (UDESC/Brasil)
- Leandro Marcelo Cisneros (UNIFEBE/Brasil)
- Lucio Lourenço Prado (UNESP/Brasil)
- Luís Felipe Bellintani Ribeiro (UFF/Brasil)
- Maicon Reus Engler (UFPR/Brasil)
- Marciano Adílio Spica (UNICENTRO/Brasil)
- Marília Mello Pisani (UFABC/Brasil)
- Paulo Roberto Monteiro de Araujo (Mackenzie/Brasil)
- Renato Duarte Fonseca (UFRGS/Brasil)
- Renzo Llorente (Saint Louis University/Espanha)
- Rogério Fabianne Saucedo Corrêa (UFPE/Brasil)
- Vanessa Furtado Fontana (UNIOESTE/Brasil)

JESUINO JUNIOR PIRES

**A DISTINÇÃO ENTRE
CONTEÚDO E OBJETO**
NA OBRA *ZUR LEHRE VOM INHALT UND
GEGENSTAND DER VORSTELLUNGEN*
DE K. TWARDOWSKI

APOLODORO VIRTUAL EDIÇÕES
2025

APOLODORO VIRTUAL EDIÇÕES
Coordenadora Administrativa
Simone Gonçalves

Revisão
Vânia Noeli F. de Assunção

Concepção da obra
Dissertação de Mestrado
Programa de Estudos Pós-graduados da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Concepção da Série
Grupo de Pesquisa “Origens da Filosofia Contemporânea”
(PUCSP/CNPq)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com o ISBD

P000 Pires, Jesuino Junior

A distinção entre conteúdo e objeto na obra Zur Lehre vom Inhalt und Gegenstand der Vorstellungen de K. Twardowski / Jesuino Junior Pires. Guarapuava: Apolodoro Virtual Edições, 2025.
111 p.

ISBN: 978-85-93565-42-7 (Físico)

ISBN: 978-85-93565-41-0 (Físico – Edição de luxo)

ISBN: 978-85-93565-43-4 (Digital-PDF)

ISBN: 978-85-93565-44-1 (Digital-ePUB)

Inclui referências.

1. Filosofia – Intencionalidade. 2. Representação. 3. Conteúdo.
4. Objeto. 5. História da filosofia. I. Kasimir Twardowski II. Título.

CDD: 000

Marcio Carvalho Fernandes – Bibliotecário – CRB 9/1815

Atribuição: Uso Não-Comercial
Vedada a Criação de Obras Derivadas

APOLODORO VIRTUAL EDIÇÕES
editora@apolodorovirtual.com.br
www.apolodorovirtual.com.br

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa concedida e à Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais pelo afastamento parcial de minhas atividades docentes.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1. PES - *Psychologie vom empirischen standpunkt*, de Franz Brentano (edição de 1973). As páginas indicadas serão sempre relativas à versão Alemã. Usaremos os algarismos romanos (Exemplo: "I") para indicar o livro, ou seja, qual volume da obra está sendo referido.
2. ZL - *Zur Lehre vom Inhalt und Gegenstand der Vorstellungen*, de Kasimir Twardowski (edição alemã de 1894). Quando utilizarmos as traduções inglesa e portuguesa, indicaremos o ano das respectivas edições. Exemplo: ZL (2011, p. 4).

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
-----------------------	-----------

INTRODUÇÃO	17
-------------------------	-----------

I BRENTANO E A DISTINÇÃO ENTRE FENÔMENOS FÍSICOS E FENÔMENOS PSÍQUICOS

1.1 A psicologia como uma ciência em Psicologia do ponto de vista empírico	23
1.1.1 As influências do empirismo e do positivismo	24
1.1.2 O conceito de fenômeno	28
1.2 A diferença entre fenômenos psíquicos e fenômenos físicos ..	29
1.2.1 Percepção interna e percepção externa	33
1.2.2 A teoria da in-existência (<i>Inexistenz</i>) intencional do objeto	38
1.3 A referência a um objeto	48
1.4 O legado da tese da intencionalidade de Brentano	50
1.5 Concluindo	51

II ZUR LEHRE: A TRIPLA DISTINÇÃO DO FENÔMENO PSÍQUICO

2.1 A distinção entre conteúdo e objeto de representação	53
2.2 A distinção de Twardowski na perspectiva linguística	56
2.2.1 Analogia entre nomes e representações	62
2.3 A tripla distinção do fenômeno psíquico	66
2.3.1 A ambiguidade do termo “representado”	67
2.3.2 O problema das representações sem objeto	72
2.4 A diferença entre conteúdo e objeto de representação	78
2.4.1 Os argumentos para diferenciar conteúdo de objeto	78
2.5 O <i>status</i> ontológico do ato, conteúdo e objeto de representação	81
2.5.1 Diferença entre: ser, existência, realidade e coisa	81
2.5.2 A noção de objeto	83
2.5.3 Objeto, fenômeno e coisa em si	85

III ALGUNS PONTOS PROBLEMÁTICOS DAS TEORIAS DE TWARDOWSKI

3.1 A noção de conteúdo	89
3.2 O conceito de realidade (<i>Realität</i>)	93
3.2.1 A diferença real (<i>realer</i>) entre conteúdo e objeto	95
3.2.2 Objetos reais e não reais, possíveis e impossíveis	97
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 103
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 105

PREFÁCIO

O livro que a prezada leitora ou o prezado leitor tem agora em mãos, “A distinção entre conteúdo e objeto na obra *Zur Lehre vom Inhalt und Gegenstand der Vorstellungen* de K. Twardowski”, de Jesuino Junior Pires, merece destaque por ser publicado na coleção “Dissertações e teses” da série editorial “Racionalidade, Intencionalidade e Semântica”, coordenada pelo Grupo de Pesquisa “Origens da Filosofia Contemporânea” (PUC-SP/CNPq), pela Apolodoro Virtual Edições. Não apenas é uma excelente dissertação de mestrado, mas, sobretudo, é fruto de uma árdua e criteriosa investigação acadêmica acerca da problemática distinção entre conteúdo e objeto de Twardowski perante as teorias de Brentano e Höfler.

A série editorial “Racionalidade, Intencionalidade e Semântica” é um órgão de divulgação de pesquisas vinculadas ao grupo “Origens da Filosofia Contemporânea”. Nesse sentido, ela publica os resultados de investigações que reexaminam um importante capítulo da história da filosofia contemporânea, muitas vezes relegado ao ostracismo em consequência do cisma entre duas tradições: a chamada filosofia analítica e a filosofia hermenêutico-fenomenológica.

O projeto de pesquisa do grupo “Origens da Filosofia Contemporânea” sustenta que identificar o nascimento da filosofia contemporânea implica revisitar criticamente ideias amplamente difundidas no início da filosofia analítica e da fenomenologia. Em ambos os casos, a historiografia rigorosa tem sido substituída por “mitos de criação” que, embora relevantes para determinar a identidade de cada corrente, ignoram uma teia de relações sistemáticas e históricas. Por isso, as investigações realizadas pelos pesquisadores do Grupo visam reanalisar a filosofia desse período, incorporando numerosos autores ainda pouco estudados — seja por suas ideias originais, seja como atores

essenciais em uma transição filosófica desse período. Destacam-se rupturas e aproximações entre as tradições. Autores como Stuart Mill, Bolzano, Herbart, Trendelenburg, Lotze, Stout, Brentano, Marty, Stumpf, Meinong, Twardowski, Fischer, Dilthey, Schleiermacher, Cohen, Natorp, Windelband, Rickert, Nelson e Rehmke ainda carecem de apropriada inserção na historiografia filosófica contemporânea, tanto em seu desenvolvimento quanto em suas conexões. Essa reanálise promove também uma revisão na periodização e na classificação das correntes filosóficas.

Tal releitura implica mudança de foco e de problemas na compreensão desse período filosófico, com ênfase em epistemologia, lógica, filosofia da linguagem e metafísica — o que evidencia a pluralidade da filosofia contemporânea. A pesquisa pode parecer dispersa devido à variedade de autores, porém, as questões levantadas por eles são recorrentes: reino da objetividade não real, antipsicologismo, representações sem objeto, termos sem referência, entre outros.

Os resultados da investigação apresentada no livro mostram como as particularidades da distinção entre conteúdo e objeto, tal como estabelecidas por Twardowski, podem ser evidenciadas em três aspectos fundamentais de sua teoria. Primeiro, em sua concepção de conteúdo como uma instância mediadora entre o ato e o objeto de representação. Segundo, na contraparte linguística que esta distinção encontrada nas funções do nome. Terceiro, nas diferentes funções lógicas exercidas pelo adjetivo “o representado”.

Resultante de uma pesquisa bibliográfica o texto também está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo trata de alguns pontos desenvolvidos por Brentano em sua obra *Psychologie vom Empirischen Standpunkt*, principalmente no que diz respeito à distinção entre fenômenos psíquicos e fenômenos físicos e, conseqüentemente, sobre sua afirmação de que a todo fenômeno psíquico há algo

dado como objeto imanente. O segundo capítulo apresenta a distinção entre conteúdo e objeto e as particularidades da teoria de Twardowski perante as teorias de Höfler e Brentano. A principal crítica de Twardowski à teoria de Brentano é que, assim como o termo “representação”, o termo “representado” também é ambíguo e aquilo que se entende por “objeto imanente” é, em realidade, o conteúdo de representação. Propõe-se, assim, uma tripla distinção do fenômeno psíquico em: ato, conteúdo e objeto. Esta distinção culmina na constituição de uma teoria dos objetos em geral defendida por Twardowski. No último capítulo, algumas questões problemáticas são apontadas no tocante à teoria de Twardowski, principalmente sobre a noção de conteúdo e sobre o conceito de realidade e possibilidade.

Com essa apresentação em mente, desejo à prezada leitora ou o prezado leitor uma leitura envolvente e instigante.

Evandro O. Brito
 DEFIL/PPGE - UNICENTRO

Grupo de Pesquisa
 “Origens Filosofia Contemporânea” (DGP/CNPq)

INTRODUÇÃO

Durante o período em que Franz Brentano (1838-1917) lecionou em Viena, ele agrupou em torno de si muitos discípulos que exerceram influências decisivas nos rumos da história da filosofia do século XIX. Um destes discípulos foi Kazimir Jerzy Skrzypna-Twardowski (1866-1938), filósofo polonês nascido na Áustria.

Twardowski estudou com Brentano¹ em Viena, entre 1885 e 1889. Durante este período juntou-se ao círculo de seguidores de Brentano, tais como: Carl Stumpf, Alois Höfler, Alexius Meinong e outros. Alguns fatos sobre a vida de Twardowski são relevantes para o nosso estudo. Primeiro, sua tese de doutorado sobre Descartes, *Idee und Perzeption: Eine erkenntnistheoretische Untersuchung aus Descartes*, publicada em 1892, foi realizada sob a supervisão de Robert Zimmermann, um pupilo de Bernard Bolzano. Segundo, sua tese de habilitação, *Zur Lehre vom Inhalt und Gegenstand der Vorstellungen*², é de 1894, ano em que lecionou

¹ Franz Brentano nasceu em Marienberg, na Alemanha, no ano de 1838 - era descendente de família italiana, sobrinho do poeta romântico Clémens Brentano - e morreu em Zurique, em 1917. Em 1864 foi ordenado frade dominicano, mas acabou abandonando o hábito em 1873 devido a seus questionamentos sobre a infalibilidade papal. Um ano depois Brentano veio a publicar sua primeira obra sistemática, *Psicologia do ponto de vista empírico* (PES). O nome de Brentano nem sempre possui um lugar de destaque nos manuais da história da filosofia, sendo que, às vezes, nem mesmo aparece. O mesmo ocorre no campo da psicologia, no qual Brentano nem ao menos é lembrado. Nem por isso ele deixa de ser uma peça fundamental na renovação da filosofia em meados do século XIX, uma renovação que tinha por base o estabelecimento da psicologia como uma ciência autônoma (cf. PORTA, no prelo).

² Para a doutrina do conteúdo e do objeto das representações (ZL). Há outros textos de Twardowski além destas duas publicações, como: *Über begriffliche Vorstellungen* (1907); uma coleção

na Universidade de Viena como *Privatdozent*. Em 1891 e 1892 ele passou um tempo em Leipzig, seguindo os cursos de psicologia com Wilhelm Wundt e Oswald Külpe.

Twardowski foi o criador da filosofia polonesa, conseguindo um grande número de seguidores na Polônia com a chamada escola de Lvov-Warsaw. O termo *Filosofia Analítica Polonesa* refere-se a esta escola iniciada por Twardowski e desenvolvida por seus discípulos. Os trabalhos deste grupo estão voltados para as linhas demarcatórias entre lógica e psicologia (ALBERTAZZI, 1993, p. 11).

É inegável a importância desse filósofo para a história da filosofia, principalmente para a fenomenologia nascente de Edmund Husserl, mesmo que nem sempre isto seja reconhecido pela história tradicional da filosofia. De particular importância para nosso objetivo é o papel que a obra ZL exerceu para a discussão em torno das questões abordadas por Brentano. Nela, Twardowski retoma as teses de Brentano e as reformula de forma sistemática e concisa; faz conhecidas as suas principais teorias, assim como também os problemas envolvidos por elas e proporciona um debate com os demais discípulos de Brentano sobre o tema “conteúdo e objeto”.

O nosso objetivo é apresentar a distinção entre ato, conteúdo e objeto tal como exposta por Twardowski na obra *Zur Lehre*. Como o seu ponto de partida é Brentano, faz-se necessária uma abordagem das principais teses desenvolvidas por Brentano e que foram objeto de estudo de Twardowski. Para compreendermos a distinção proposta por ele, retomaremos outra diferenciação de Brentano: entre fenômenos psíquicos e fenômenos físicos. E esta, por sua vez, só se torna compreensível se considerarmos alguns passos, que são, basicamente: 1) fundar a

publicada em polonês, mas traduzida para o inglês: *On actions, products and other topics in philosophy* (1999), editada por seus discípulos; além de outros escritos publicados em polonês.

psicologia como uma ciência autônoma; 2) determinar qual é o seu objeto de estudo; e 3) estabelecer o seu método de estudo.

O presente texto está dividido em três seções. O primeiro capítulo, dedicado a Brentano, trata da distinção entre fenômenos físicos e fenômenos psíquicos. Não faremos nenhuma abordagem exaustiva deste autor, apenas buscaremos compreender alguns pontos importantes da obra *Psicologia do ponto de vista empírico* (PES). No projeto de fundar a psicologia como uma ciência autônoma, o positivismo comtiano e o empirismo aparecem como influências decisivas. A diferença entre a psicologia e as ciências naturais não se encontra apenas no que diz respeito ao seu objeto de estudo (fenômenos psíquicos e fenômenos físicos), mas também no modo de aparição destes fenômenos. A tese da “in-existência” intencional do objeto de representação de Brentano é o ponto-chave para o nosso estudo e diz respeito ao tema da intencionalidade.

Iniciaremos a segunda parte do texto com uma menção à interpretação de Höfler e Twardowski sobre a tese de Brentano. Apesar de Twardowski partir dos argumentos de Höfler para discernir conteúdo e objeto, existe uma diferença decisiva entre a abordagem de ambos os autores. E é esta diferença que determina basicamente a peculiaridade da distinção twardowskiana e que nos permite destacar a sua relevância para a história da filosofia. Há uma analogia entre a tese psicológica (distinção entre conteúdo e objeto) e a linguística (distinção entre significado de um nome e o que é nomeado). Brentano propõe uma dupla divisão do fenômeno psíquico, sendo que representação (*Vorstellung*)³ é um termo ambíguo e pode significar tanto o ato de representar como aquilo que é representado.

³ Algumas palavras-chave serão escritas entre parênteses, ao lado da tradução portuguesa, no original alemão em itálico. Por exemplo: representação (*Vorstellung*), realidade (*Realität*).

Twardowski, por sua vez, propõe uma tripla divisão do fenômeno psíquico: ato, conteúdo e objeto. Assim como a representação, o representado (*das Vorgestellte*) também é um termo ambíguo e pode significar tanto o conteúdo como o objeto de representação. Nesta perspectiva, Twardowski argumenta, então, que a todo ato de representação corresponde tanto um conteúdo como também um objeto que é representado, e por esta razão as ditas representações sem objeto defendidas por Bolzano devem ser rechaçadas. Os argumentos para diferenciar conteúdo e objeto precisam, portanto, valer tanto para os casos em que o objeto existe quanto para aqueles em que ele não existe. Por fim, veremos que a tese de Twardowski culmina na constituição de uma teoria sobre o objeto, passando do plano psicológico ao metafísico, desenvolvendo, assim, uma ontologia do objeto em geral.

Na última seção do texto, retomaremos algumas questões que envolvem certas dificuldades tanto para Twardowski em si mesmo quanto para as possíveis interpretações sobre o que ele estaria pensando sobre estes assuntos. A noção de conteúdo é o primeiro ponto problemático de que tratamos nesse capítulo, pois, a partir das afirmações de Twardowski, ela dá margens a diversas interpretações. Apontaremos algumas destas possíveis interpretações sobre o *status* do conteúdo para Twardowski. Em segundo lugar, o conceito de realidade (*Realität*) é uma questão crucial que aparece ao longo da obra *Zur Lehre*, principalmente no que se refere ao conteúdo e ao objeto. Por fim, os conceitos existência (*Existenz*), realidade (*relität*) e possibilidade (*Möglichkeit*) exercem um papel essencial na distinção real (*realer*), e não meramente lógica (*logischer*), entre conteúdo e objeto.

Certamente, *Zur Lehre* é o mais importante trabalho sobre conteúdo e objeto em toda a tradição brentaniana (cf. WOLEŃSKI, 1998, p. 17). Isto justifica a escolha desta obra como nosso objeto de estudo, considerando, também,

o fato de que alguns temas originais em Twardowski nem sempre são destacados pelos estudiosos e intérpretes. Não pretendemos comentar exaustivamente todas as teses apresentadas pelo filósofo polonês nessa obra, mas apenas evidenciar alguns pontos de originalidade, tais como: 1) o conceito de conteúdo como mediador entre o ato e o objeto; 2) a tese de que nas funções do nome encontramos similarmente um termo médio na relação intencional; e 3) o diferente comportamento lógico da expressão “o representado”.

I BRENTANO E A DISTINÇÃO ENTRE FENÔMENOS FÍSICOS E FENÔMENOS PSÍQUICOS

O que vamos tratar neste capítulo está relacionado a algumas questões que são apresentadas por Brentano em sua obra PES. Cabe advertir o leitor que se trata de um capítulo preparatório para os temas que serão desenvolvidos posteriormente. Dessa forma, delimitamos como nosso objeto de estudo, neste momento, a distinção entre fenômenos psíquicos e fenômenos físicos e os assuntos correlacionados a esta temática. Muitas teses importantes desenvolvidas por Brentano não serão mencionadas neste capítulo, devido a essa escolha consciente que nos conduziu a tais pontos específicos.

1.1 A psicologia como uma ciência em *Psicologia do ponto de vista empírico*

No início do Livro I de *Psicologia do ponto de vista empírico* (PES), Brentano expressa que alguns fenômenos têm se tornado seu objeto de estudo e que seu objetivo é estabelecer suas características e leis. Trata-se dos fenômenos relacionados à psicologia (cf. PES, I, p. 5).

A psicologia vinha sendo desenvolvida desde as reflexões de Aristóteles sobre a alma, mas, no período em que Brentano escreveu sua obra PES, ainda não tinha se firmado como uma ciência, tal como as demais, sendo que seu objeto de estudo e sua metodologia não eram unanimidade entre os pensadores (MONTICELLI, 2005, p. 15)⁴. Além disto, outra dificuldade apontada por Brentano diz respeito aos limites e fronteiras entre as ciências, que a seu ver ainda não tinham sido estabelecidos de maneira clara e exata (cf. PES, I p. 7), principalmente entre ciências que

⁴ Por isso, o que Brentano vai tentar fazer é fundar a psicologia como uma ciência empírica autônoma (cf. PORTA, 2007, p. 273).

possuem certa proximidade, como fisiologia, psicologia e psicofísica⁵. Podemos destacar dois fatores que contribuem para isto: por um lado, o surgimento de ciências que tratavam das mesmas questões que a psicologia – como é o caso das duas citadas anteriormente; por outro, o distanciamento da psicologia em relação à filosofia, pois, até então, a forma com que a psicologia abordava suas questões, desde Aristóteles, era conceitual.

Esses dois fatores são resultantes, na verdade, de uma falta de precisão do objeto e do método de estudo da psicologia. Parece haver uma mistura entre psicologia e psicofísica ou, pelo menos, uma confusão tanto em relação ao objeto como ao método de estudo dessas ciências. Torna-se necessário, assim, instituí-los de maneira precisa e clara, para que a psicologia também se estabeleça como uma ciência. É esta questão que Brentano se propõe a abordar.

1.1.1 As influências do empirismo e do positivismo

Quando se fala em psicologia como ciência, a pergunta que se faz logo em seguida é: qual ciência ou que modelo de ciência Brentano tem em mente? A resposta a esta pergunta remete a uma influência decisiva do positivismo de Augusto Comte (1798-1857), aliado ao empirismo britânico.

⁵ “As disputas de fronteiras entre as ciências naturais e as ciências psíquicas são inevitáveis. Os fatos que o fisiólogo investiga e aqueles de que se ocupa o psicólogo estão muito intimamente correlacionados, apesar de sua grande diferença de caráter.” (PES, I, p. 9) As nossas traduções de trechos de PES são baseadas nas versões: espanhola (*Psicología desde un punto de vista empírico*, traduzida por José Gaos e Hernán Scholte) e inglesa (*Psychology from an empirical standpoint*, traduzida por A. C. Rancurrello, D. B. Terrel e Linda L. McAlister).

Quando Brentano escreveu PES, as ciências naturais encontravam-se no auge de seu desenvolvimento, e os grandes sistemas filosófico-especulativos estavam em crise, principalmente a metafísica, que perdia toda a credibilidade no meio científico-filosófico⁶. O ideal de ciência seria alcançado a partir do método da observação e, somado a isto, o verdadeiro conhecimento deveria ser estabelecido sobre bases empíricas. Sendo assim, toda e qualquer ciência que almejasse possuir alguma credibilidade deveria espelhar-se no método das ciências naturais.

Diante desse contexto, o método da psicologia deveria atender, assim, à exigência de se basear na experiência. O próprio título da obra, *Psicologia do ponto de vista empírico*, expressa bem isto. Brentano anuncia esse anseio no prefácio da edição de 1874⁷, dizendo que o seu ponto de vista é empírico, que a experiência, por si só, é sua mestra⁸.

O auge das ciências naturais, mencionado acima, se deu principalmente sob a influência do positivismo

⁶ De acordo com De Boer, Brentano “cresceu em um tempo em que a crise dos clássicos sistemas idealistas alemães tornava-se cada vez mais aguda. (...) Brentano chamou a especulação de Hegel ‘a última degeneração do pensamento humano’. (...) Assim, a situação na filosofia é caracterizada por dois fatos: o colapso da filosofia idealista e o sucesso das ciências naturais” (1978, pp. 101-2). Outra informação importante é o fato de Brentano ter estudado com Adolf Trendelenburg, um autor importante e de muita influência, principalmente nesta virada anti-Hegel (cf. PORTA, *no prelo*, p. 9).

⁷ “Die Aufschrift, die ich meinem Werke gegeben, kennzeichnet dasselbe nach Gegenstand und Methode. Mein Standpunkt in der Psychologie is der empirische: die Erfahrung allein gilt mir als Lehrmeisterin: aber mit anderen teile ich die Überzeugung, daß eine gewisse ideale Anschauung mit einem solchen Standpunkte wohl vereinbar ist.”

⁸ Apenas para observar de passagem, Brentano mesmo afirma que nem por isso ele deixa de compartilhar outras concepções tidas como incompatíveis com este ponto de vista (empirista).

comtiano. Em um trecho no início de PES Brentano afirma: “pode-se dizer o mesmo em respeito à psicologia. Os fenômenos revelados pela percepção interna também estão sujeitos a leis” (I, p. 17). Não somente tais fenômenos estão submetidos a leis, mas também podem ser percebidos por meio da percepção interna, que era contestada por Auguste Comte. De acordo com Brentano, o positivista francês negava que fosse possível a percepção interna, porque, assim como outros, ele não fazia a distinção entre percepção interna (*innere Wahrnehmung*) e observação interna (*innere Beobachtung*)⁹. Esta última realmente não seria possível sobre os fenômenos psíquicos, mas a primeira, sim.

Percepção interna de nossos próprios fenômenos psíquicos, então, é a fonte primária das experiências essenciais para as investigações psicológicas. E essa percepção interna não deve ser confundida com a observação interna dos nossos estados mentais, uma vez que qualquer coisa desse tipo é impossível. (PES, I, p. 1)10

Brentano também concorda com Comte na questão de que há uma hierarquia entre as ciências de acordo com seu nível de complexidade, e que o desenvolvimento

⁹“Man merke aber wohl, wir sagten innere Wahrnehmung, nicht innere Beobachtung sei diese erste und unentbehrliche Quelle. Beides ist wohl zu unterscheiden. Ja die innere Wahrnehmung hat das Eigentümliche, daß sie nie innere Beobachtung werden kann.” (PES, I, pp. 40-1)

¹⁰“Also die innere Wahrnehmung der eigenen psychischen Phänomene ist die erste Quelle der Erfahrung, welche für die psychologischen Untersuchungen unentbehrlich sind. Und diese innere Wahrnehmung ist nicht mit einer inneren Beobachtung der in uns bestehenden Zustände zu verwechseln, da eine solche vielmehr unmöglich ist.” (PES, I, p. 48) Logo à frente voltaremos a esta questão.

das ciências mais complexas é dependente do das ciências precedentes e menos complexas. A matemática lida com fenômenos dos mais simples e independentes, enquanto a psicologia trata de fenômenos mais complexos e dependentes. As duas ciências estão nas extremidades, na ordem de complexidade (cf. PES, I, p. 39). Isto justificaria, inclusive, o fato de a psicologia não ter apresentado até naquele momento (século XIX) nenhum progresso, pois ela dependeria do desenvolvimento das demais ciências, o qual foi acontecendo gradativamente ao longo dos séculos. A primeira na ordem deste desenvolvimento é a matemática, seguida da física, que só pode progredir a partir da primeira; depois vem a química, a fisiologia, e em último lugar nesta escala de complexidade e desenvolvimento está a psicologia (cf. PES, I, pp. 32-6)¹¹.

De qualquer forma, de acordo com Smith (1994, p. 41), Brentano herdou de Comte o ponto de vista metodológico, no qual a ciência preocupa-se exclusivamente com os “fenômenos” e não com realidades metafísicas. Hickerson, afirma que Brentano foi um positivista comtiano, pois “ele tratou fenômenos como objetos de investigação das ciências positivas” (2007, p. 39). O fato é que o estabelecimento do método da psicologia deve responder às

¹¹ “É fácil explicar por que a fisiologia se desenvolveu tão tardiamente. Os fenômenos que estudava são muito mais complexos que aqueles estudados pelas ciências mais antigas e depende delas, assim como os fenômenos da química dependem da física e os fenômenos da física dependem da matemática. É fácil entender, então, por que a psicologia não tem dado frutos mais abundantes até agora. Assim, como os fenômenos físicos estão sob a influência das leis matemáticas, os fenômenos químicos estão sob a influência das leis físicas, e aqueles da fisiologia sob a influência de todas essas leis, então, os fenômenos psicológicos estão influenciados por leis que governam as forças que os órgãos corporais produzem e modificam.” (PES, I pp. 33-4)

exigências impostas pelas ciências naturais, principalmente sob a perspectiva positivista comtiana.

Antes de entrarmos na questão do método da psicologia propriamente dito, vejamos qual é o seu objeto de estudo.

1.1.2 O conceito de fenômeno

No § 2 do primeiro capítulo de PES (I, p. 13) Brentano define a psicologia como a ciência dos fenômenos psíquicos e, de maneira similar, as ciências naturais são abordadas como as ciências dos fenômenos físicos. Esta é uma nova determinação dos objetos de estudo das ciências em geral, principalmente sob a influência do positivismo, pois, antes, a psicologia era definida como a ciência da alma, e as ciências naturais, como a ciência dos corpos. Passando-se, assim, a tratar o objeto de estudo das ciências como fenômenos, resta, portanto, precisar o que se entende por *fenômeno*.

Para uma visão ordinária, a palavra fenômeno pode referir-se a fatos ou acontecimentos, ou mesmo eventos naturais que ocorrem no mundo, independentemente do indivíduo ou do observador. Não é este, porém, o uso do conceito por Brentano, mas, ao contrário, a palavra “fenômeno” é utilizada por ele como sinônimo de “aparência”. “As palavras ‘fenômeno’ ou ‘aparência’ são frequentemente usadas em oposição a ‘coisas que existem real e verdadeiramente’” (PES, I, p. 13)¹². São exemplos de

¹² O termo “fenômeno” foi utilizado, ao longo da história da filosofia, desde os antigos, mas se tornou significativo a partir de Kant, que sintetizou a teoria do conhecimento humano, dividindo o que pode ser conhecido pela razão pura (isto é, conhecimento *a priori*) e o que não pode ser conhecido. Assim, Kant utiliza “fenômeno” em oposição a “coisa em si”, sendo que o fenômeno é o que pode ser conhecido pela razão pura ou, colocando de outra forma, só é possível conhecimento *a priori* dos

fenômenos objetos de nossos sentidos, como são revelados pela sensação, tais como: cor, som, calor, sabor etc. Para Brentano eles não existem real e verdadeiramente fora das nossas sensações¹³, mas podem apontar para os objetos que existem. Os fenômenos existem, tal como eles nos aparecem¹⁴. “Em si, o que é real nunca aparece, e o que aparece nunca é real.” (PES, I, p. 28)

Se fenômeno é aquilo que aparece, resta saber, então, o que aparece e de que forma, sendo que, no primeiro caso, trata-se dos fenômenos psíquicos e dos fenômenos físicos, e no segundo caso da percepção interna e externa. Assim, o objeto de estudo da psicologia são os fenômenos psíquicos, ao passo que os fenômenos físicos são objetos de estudo das ciências naturais.

1.2 A diferença entre fenômenos psíquicos e fenômenos físicos

Em uma passagem de PES (cf. I, cap. 1, pp. 109-40) *Acerca da diferença entre fenômeno psíquico e fenômeno*

fenômenos, e não das “coisas em si”. No caso de Brentano, fenômenos não estão necessariamente em oposição às “coisas em si”. Para mais detalhes sobre a diferença entre Brentano e Kant no que diz respeito ao conceito de fenômeno, conferir Monticelli (2005, pp. 18-25).

¹³ Brentano (PES, I, p. 13) cita uma experimentação que, segundo ele, John Locke teria realizado, esquentando uma das mãos e resfriando a outra, depois submergindo as duas mãos simultaneamente em uma vasilha de água; o resultado foi que ele sentiu calor em uma mão e frio na outra, demonstrando, assim, que nem o calor nem o frio existem realmente na água.

¹⁴ “Não estamos autorizados, por conseguinte, a crer que os denominados objetos da percepção externa realmente existem como eles nos aparecem. De fato, não se pode demonstrar que existem fora de nós. Em contraste com o que existe real e verdadeiramente, não são mais que fenômenos.” (PES, I, p. 14)

físico, Brentano apresenta uma distinção sobre o completo mundo de nossas aparições. Trata-se de duas classes de fenômenos: os *físicos* e os *psíquicos*. Como vimos, se a psicologia é definida como a ciência dos fenômenos psíquicos, resta, então, buscar uma definição mais precisa e exata sobre os referidos fenômenos, e para isto deve-se começar diferenciando estes dois tipos.

Brentano não parte de definições lógicas, mas, sim, de exemplos e contraposições de ambos os tipos de fenômenos, os físicos e os psíquicos.

Os fenômenos psíquicos podem ser oferecidos por toda representação (*Vorstellung*) mediante sensação (*Empfindung*) ou fantasia (*Phantasie*). Por representação Brentano entende aqui não o que é representado, mas sim o ato de representar. Assim, são exemplos de fenômenos psíquicos: o ouvir um som, a visão de um objeto, a sensação de calor e frio; assim como também o pensamento de um conceito geral, juízo, lembrança, expectativa etc.; além destes, estão incluídas neste termo também todas as emoções: alegria, tristeza, medo, esperança, valor, covardia, cólera, amor etc. (PES, I, pp. 111-2)¹⁵.

¹⁵ "Ein Beispiel für die psychischen Phänomene bietet jede Vorstellung durch Empfindung oder Phantasie; und ich verstehe hier unter Vorliltellung nicht das, was vorgestellt wird, sondern den Akt des Vorstellens. Also das Hören eines Tones, das Sehen eines farbigen Gegenstandes, das Empfinden von warm oder kalt, sowie die ähnlichen Phantasiezustände sind Beispiele, wie ich sie meine; ebenso aber auch das Denken eines allgemeinen Begriffes, wenn anders ein Ilolcheswirk lieh vorkommt. Ferner jedes Urteil, jede Erinnerung, jede Erwartung, jede Folgerung, jede überzeugung oder Meinung, jeder Zweifel – ist ein psychisches Phänomen. Und wiederum ist ein solches jede Gemütsbewegung, Freude, Traurigkeit, Furcht, Hoffnung, Mut, Verzagen, Zorn, Liebe, Haß, Begierde. Willen, Absicht, Staunen, Bewunderung, Verachtung u.s.w."

Já os fenômenos físicos, ao contrário, podem ser oferecidos pelos seguintes exemplos: “uma cor, uma figura, uma paisagem que vejo, um acorde que ouço, o calor, o frio, o odor que sinto e as coisas semelhantes que me aparecem na fantasia” (PES, I, p. 112)¹⁶.

Brentano, em PES, estabelece seis determinações dos fenômenos psíquicos que os diferenciam dos fenômenos físicos. São elas:

1) os fenômenos psíquicos são representações (*Vorstellungen*) ou têm por base representações. “Este ato de representar forma o fundamento não do julgar, meramente, senão também do desejar e de qualquer outro ato psíquico. Nada pode ser julgado, tampouco desejado, esperado ou temido, se não é representado.” (PES, I, § 3, p. 112) Todos os fenômenos psíquicos estão fundados “em” ou são representações;

2) os fenômenos psíquicos não têm extensão ou localização espacial (§ 4). Brentano define inicialmente, nesta determinação, os fenômenos psíquicos em um sentido negativo, ou seja, como carência de extensão e localização. Todos os fenômenos físicos, citados anteriormente, têm extensão e determinação local. Ao contrário, os fenômenos psíquicos – tais como: pensar, querer etc. – aparecem desprovidos de extensão e situação no espaço (PES, I, pp. 120-1)¹⁷. Brentano considera, porém, que este caráter

¹⁶ “Beispiele von physischen Phänomen dagegen sind eine Farbe, eine Form, eine Landschaft, die ich sehe; ein Akkord, den ich höre; Wärme, Kälte, Geruch, die ich empfinde; sowie ähnliche Gebilde, welche mir in der Phantasie erscheinen.”

¹⁷ “Alle physischen Phänomene, sagt man, zeigen Ausdehnung und örtliche Bestimmtheit: seien sie nun Erscheinungen des Gesichts oder eines anderen Sinnes; oder seien sie Gebilde der Phantasie, die ähnliche Objekte uns vorstellt. Das Gegenteil aber gilt von den psychischen Phänomenen; Denken, Wollen usf. Erscheinen ausdehnungslos und ohne räumliche Lage. Hiernach wären wir imstande, die physischen Phänomene leicht und

negativo atribuído aos fenômenos psíquicos é insuficiente para defini-los: é preciso uma definição mais ampla e positiva;

3) os fenômenos psíquicos estão relacionados a um objeto ou têm em si um objeto (ou objetividade) imanente (“*Objekt immanente... oder die immanente Gegenständlichkeit*”) (§ 5). Este é um caráter positivo destes e é, na verdade, a determinação mais importante e precisa, como veremos mais à frente;

4) os fenômenos psíquicos são percebidos apenas por meio da consciência interna (*innerem Bewußtsein*) (§ 6);

5) os fenômenos psíquicos são os únicos que possuem uma existência real (*wirkliche Existenz*), e não apenas fenomênica e intencional (§ 7). Como eles são oriundos da percepção adequada (*innere Wahrnehmung*), possuem existência real, ao passo que os fenômenos físicos só possuem existência intencional;

6) os fenômenos psíquicos são sucessivos e não simultâneos (§ 8), aparecem um de cada vez, enquanto os fenômenos físicos aparecem simultaneamente, vários de uma vez¹⁸.

Para uma exata compreensão das características dos fenômenos psíquicos, é necessário o aprofundamento da terceira determinação. Mas, se há uma diferença essencial entre fenômenos físicos e fenômenos psíquicos, há

genau gegenüber den psychischen zu charakterisieren, indem wir sagten, sie seien diejenigen, welche ausgedehnt und räumlich erscheinen. Und auch die psychischen wären dann den physischen gegenüber mit derselben Exaktheit als diejenigen Phänomene zu bestimmen, welche keine Ausdehnung und örtliche Bestimmtheit zeigen.”

¹⁸ “Man hat noch einen anderen Umstand als unterscheidend für physische und psychische Phänomene geltend gemacht. Man sagte, daß von psychischen Phänomenen immer nur eines nach dem anderen, von physischen dagegen viele zugleich auftreten.” (PES, I, p. 132)

também uma dessemelhança no modo como eles aparecem ou se manifestam. A diferença entre a psicologia e as demais ciências reside em que não somente a primeira possui um objeto (fenômeno psíquico) específico e distinto do objeto das ciências (fenômenos físicos), mas também no fato de que o modo de manifestação destes fenômenos é díspar. Vejamo-lo com mais detalhes.

1.2.1 Percepção interna e percepção externa

A quarta determinação apresentada por Brentano diz que os fenômenos de estudo da psicologia são fornecidos pela percepção interna. Precisamos, entretanto, esclarecer melhor a forma como os objetos de estudo (tanto das ciências da natureza quanto da psicologia, especificamente) são apreendidos. Brentano diferencia dois tipos de percepção: a interna e a externa.

A percepção interna (*innere Wahrnehmung*) possui evidência imediata e é infalível (PES, I, p. 128). Neste sentido, é percepção verdadeira ou percepção no verdadeiro sentido da palavra¹⁹, pois seus objetos, os fenômenos psíquicos, existem real e verdadeiramente, são, em realidade,

¹⁹ É imprescindível fazermos algumas observações sobre os termos utilizados por Brentano, cujas sutilezas nem sempre é possível perceber nas diversas traduções utilizadas neste texto. Em alguns trechos de PES ele utiliza as expressões *äußere Erfahrung* e *innere Erfahrung* indicando percepção externa e interna como método das ciências e da psicologia, respectivamente (cf. PES, I, p. 8), já em outros trechos ele utiliza as expressões *äußere Wahrnehmung* e *innere Wahrnehmung* também indicando percepção externa e interna; utiliza, ainda, a expressão *inneren Bewußtsein* (consciência interna) às vezes como sinônimo de *innere Wahrnehmung* (cf. PES, I, p. 8). O que é importante ressaltar é que o termo “consciência” não deve ser entendido no sentido moderno cartesiano, mas como sinônimo de fenômeno psíquico. Cf. Monticelli (2005, pp. 32; 33).

tal como aparecem – são, em outras palavras, evidentes. A percepção externa (*äußere Wahrnehmung*) é falsa percepção, pois seus objetos não existem real e verdadeiramente, mas somente fenomenal e intencionalmente. De acordo com De Boer (1978, p. 35), Brentano conclui que o perceber da percepção externa “não é uma ‘Wahrnehmung’ (que significa, literalmente, tomado como verdade), mas uma ‘Falschnehmung’ (tomado como falso)”. Os fenômenos físicos são percebidos, portanto, na percepção externa, e eles não existem na realidade fora de nós. Eles possuem, assim, uma existência intencional e, por isso mesmo, percepção externa é uma *Falschnehmung*²⁰.

Disto, segue-se que, se em toda representação algo é dado como objeto, ou seja, em toda representação algo é representado, temos, assim, uma direção do ato a “dois objetos” diferentes²¹. Temos o objeto primário do ato, que é o fenômeno físico, e o objeto secundário do ato, que é o próprio fenômeno psíquico. A partir do exemplo de Brentano podemos entender melhor esta questão:

²⁰ “Ja noch mehr! Die innere Wahrnehmung ist nicht bloß die einzige unmittelbar evidente; sie ist eigentlich die einzige Wahrnehmung im eigentlichen Sinne des Wortes. Haben wir doch gesehen, daß die Phänomene der sogenannten äußeren Wahrnehmung auch auf dem Wege mittelbarer Begründung sich keineswegs als wahr und wirklich erweisen lassen; ja daß der, welcher vertrauend sie für das nahm, wofür sie sich boten, durch den Zusammenhang der Erscheinungen des Irrtums überführt wird. Die sogenannte äußere Wahrnehmung ist also streng genommen nicht eine Wahrnehmung; und die psychischen Phänomene können somit als diejenigen bezeichnet werden, in Betreff deren allein eine Wahrnehmung im eigentlichen Sinne des Wortes möglich ist.” (PES, I, pp. 128-9)

²¹ Note-se que a palavra “objeto” aqui está sendo usada em um sentido bem específico para o caso em questão, como um correspondente da percepção externa e interna. Isto é importante porque o ato não pode ser tomado como um objeto propriamente dito.

“Podemos dizer que o som é o *objeto primário* do ato de ouvir, e que o ato de ouvir em si mesmo é o *objeto secundário*. Temporalmente ambos são simultâneos, mas, na natureza do caso, o som é anterior” (PES, I, p. 180)²². O objeto primário (também chamado de objeto externo) é fornecido pela percepção externa e, no momento em que este objeto externo é percebido, outro objeto – secundário – é fornecido pela percepção interna, que é o ato em si mesmo. No exemplo de Brentano, o ato de ouvir é o objeto secundário: na medida em que ouvimos um som (objeto primário), temos também a percepção deste ato de ouvir. A “consciência” do ato é, então, uma *inneren Bewußtsein* (consciência interna) e acontece simultaneamente quando percebemos um objeto externo²³, é, portanto, uma percepção adicional. A percepção interna não é observacional, mas é uma consciência adicional (*Bewusstsein nebenbei*) (cf. DE BOER, 1978, p. 36). Os fenômenos psíquicos não são passíveis de observação, porque não podem ser tomados como objetos, tal como os fenômenos físicos, mas, por outro lado, podem ser percebidos.

Este é um ponto importante, pois essa consciência adicional, fazendo jus ao próprio termo “adicional”, acompanha a percepção externa: ela ocorre simultaneamente, como visto. Isto significa que o ato não se divide em dois, propriamente falando, mas que a percepção do ato é um aspecto do ato em si mesmo. Do contrário, não poderíamos

²² “Wir können den Ton das primäre, das Hören selbst das sekundäre Objekt des Hörens nennen. Denn zeitlich treten sie zwar beide zugleich auf, aber der Natur der Sache nach ist der Ton das frühere.”

²³ “No mesmo fenômeno psíquico no qual o som está presente à nossa mente nós, simultaneamente, apreendemos o fenômeno psíquico em si mesmo. Além do mais, nós o apreendemos em concordância com sua natureza dual, na medida em que ele tem o som como conteúdo, e na medida em que ele tem a si mesmo como conteúdo, ao mesmo tempo.” (PES, I, pp. 179-80)

fundamentar o conhecimento, pois cairíamos em um círculo vicioso, na medida em que a consciência de um ato remeteria à consciência de outro ato, em uma regressão infinita. Assim, a percepção interna²⁴ (*inneren Bewußtsein*) não precisa de provas adicionais, pois toda a prova a pressupõe, ela é evidente. De Boer expressa isto quando diz que: “A evidência interna da percepção interna não precisa de provas, simplesmente porque esta é evidente. É a última fundação de nosso conhecimento” (1978, pp. 36-7).

Com isto, compreendemos porque Brentano considera a psicologia a mais importante das ciências, pois ela é a fundamentação de todo o conhecimento. Se, por um lado, os fenômenos da psicologia não podem ser observados (*innere Beobachtung*), por outro, eles podem ser percebidos por meio da *innere Wahrnehmung* e da *inneren Bewußtsein*, e esta percepção é imediatamente evidente. É por esta razão que a psicologia está em vantagem com relação às demais ciências.

Para concluirmos este ponto, citaremos na íntegra o trecho em que Brentano expressa tal raciocínio em PES, mostrando, assim, a posição da psicologia perante as demais ciências.

O caso dos fenômenos da percepção interna é diferente. São verdadeiros em si mesmos. São em realidade tal como aparecem, temos garantida a evidência com a qual eles são percebidos. Quem poderia negar, então, que isto constitui

²⁴ “Allein die innere Wahrnehmung hat, abgesehen von der Besonderheit ihres Objektes, auch noch anderes, was sie auszeichnet; namentlich jene unmittelbare, untrügliche Evidenz, die unter allen Erkenntnissen der Erfahrungsgegenstände ihr allein zukommt. Wenn wir also sagen, die psychischen Phänomene seien diejenigen, welche durch innere Wahrnehmung erfaßt werden, so ist damit gesagt, daß ihre Wahrnehmung unmittelbar evident sei.” (PES, I, p. 128)

uma grande vantagem da psicologia sobre as ciências naturais?

O alto valor teórico do conhecimento psicológico é evidente de outro ponto de vista. A dignidade de uma ciência não só aumenta segundo a maneira pela qual é conhecida, senão também pela dignidade de seu objeto. E os fenômenos cujas leis a psicologia investiga não se distinguem dos fenômenos físicos porque são verdadeiros e reais em si mesmos, senão também porque são incomparavelmente mais humanos e sublimes. O calor e o som, a extensão e o movimento se opõem a sensação e imaginação, juízo e vontade, com toda a grandeza que lhes confere o grande pensador e a dedicação do homem virtuoso. Desta maneira, temos revelado, de uma nova forma, como a tarefa do psicólogo é mais valiosa do que a do físico. (PES, I, pp. 28-9)

Ao caracterizar os *fenômenos psíquicos* frente aos *fenômenos físicos*, Brentano apresentou algumas ambiguidades que foram motivo de polêmica por parte de seus seguidores. Foi a partir das questões surgidas desta distinção que muitos filósofos desenvolveram posteriormente tanto críticas como revisões e reformulações das suas teorias.

O que nos interessa, nesse momento, é a afirmação de Brentano de que os fenômenos psíquicos se relacionam a um objeto ou possuem um objeto imanente (PES, § 5). Esta tese foi retomada por vários de seus discípulos, entre os quais Höfler, Twardowski, Husserl e outros.

1.2.2 A teoria da in-existência²⁵ (*Inexistenz*) intencional do objeto

A terceira determinação oferecida por Brentano reza que todos os fenômenos psíquicos estão relacionados a um objeto ou possuem um objeto imanente. De acordo com ele, esta é a principal característica dos fenômenos psíquicos frente aos físicos. Se olharmos uma pouco mais profundamente esta questão, poderemos perceber quais foram as ambiguidades e controvérsias ressaltadas pelos seus alunos.

Reproduziremos, em seguida, o trecho da obra de Brentano em que ficam evidentes tais questões:

Todo fenômeno psíquico está caracterizado pelo que os escolásticos da Idade Média chamaram de inexistência intencional (ou mental) de um objeto, e que nós chamaríamos, embora com expressões não inteiramente inequívocas, a referência a um conteúdo, a direção a um objeto (pelo qual não entendo aqui uma realidade), ou a objetividade²⁶ imanente. Todo

²⁵ Traduzimos o termo *Inexistenz* por “in-existência”, como fazem as versões inglesa e espanhola. Observa-se que o prefixo “in” não indica, aqui, negação, e sim existência “em” ou “na”. Teixeira (2003, p. 44) prefere utilizar a expressão “intramental”; Monticelli (2005, p. 43), por sua vez, traduz este termo por “inexistência”. Optamos por manter o termo utilizado pelo próprio Brentano (*Inexistenz*: de origem latina), deixando claro tal sentido; mesmo que a palavra “inexistência” seja comumente utilizada na língua portuguesa como não-existência, acreditamos poder conservar o sentido de tal termo alemão.

²⁶ Preferimos usar a palavra “objetividade”, como faz Dario Teixeira (2003), e não objetividade, como na tradução espanhola, tendo em vista que esta parece se aproximar mais da palavra correspondente em alemão *Gegenständlichkeit*.

fenômeno psíquico contém em si algo como um objeto, embora nem todos do mesmo modo. Na representação há algo representado; no juízo há algo reconhecido ou recusado; no amor, amado; no ódio, odiado; no desejo, desejado etc. (PES, I, §5, pp. 124-5)²⁷

Esta passagem de PES foi amplamente citada e discutida entre os principais alunos e filósofos próximos a Brentano. A principal polêmica gira em torno da afirmação, por parte do mestre, de que o fenômeno psíquico possui um objeto imanente. Entretanto, devemos sistematizar as informações e conceitos expressos neste trecho.

Brentano utiliza como sinônimos expressões que, como faz De Boer, podemos dividir em dois grupos²⁸: 1) “inexistência intencional”, “inexistência mental” e “objetividade (ou objetividade) imanente”; 2) “direção para um objeto” e “relação para um conteúdo” (1978, p. 6). O primeiro grupo refere-se ao fato de que o fenômeno psíquico possui um conteúdo (imanente, intencional ou mental), ao passo que o segundo refere-se ao direcionamento para um conteúdo. Assim, De Boer (1978, p. 6) alerta para o fato de que estes dois grupos de expressões apontam para dois

²⁷ “Jedes psychische Phänomen ist durch das charakterisiert, was die Scholastiker des Mittelalters die intentionale (auch wohl mentale) Inexistenz eines Gegenstandes genannt haben, und was wir, obwohl mit nicht ganz unzweideutigen Ausdrücken, die Beziehung auf einen Inhalt, die Richtung auf ein Objekt (wo- runter hier nicht eine Realität zu verstehen ist), oder die immanente Gegenständlichkeit nennen würden. Jedes enthält etwas als Objekt in sich, obwohl nicht jedes in gleicher Weise. In der Vorstellung ist etwas vorgestellt, in dem Urteile ist etwas anerkannt oder verworfen, in der Liebe geliebt, in dem Hasse ge- hasst, in dem Begehren begehrt usw.”

²⁸ Sobre este assunto, conferir também: Spiegelberg (1965, p. 40) e Dario Teixeira (*no prelo*, pp. 69-97).

aspectos que são apresentados por Brentano na mesma definição de fenômenos psíquicos, mas que pertencem a territórios diferentes e, portanto, devem ser cuidadosamente distinguidos²⁹.

O primeiro aspecto, a saber: intencional como característica do objeto, como conteúdo de consciência, Brentano o resgatou dos escolásticos, como ele mesmo diz expressamente em uma nota de rodapé de PES (I, p. 125). O termo intencional diz respeito a uma característica do conteúdo de consciência que é “imane[n]te” e opõe-se ao real. Brentano prefere usar a palavra intencional ou imane[n]te em vez de objetivo, como fazem os escolásticos, para evitar o equívoco de pensar que se trata de existência transcendente ao ato de representação. Nas palavras de Brentano, os escolásticos

usam também a expressão “ser objetivamente (*objetalmente*) em algo”, a qual, se usada atualmente, poderia ser tomada, ao contrário, como designação de uma existência real fora do espírito. Porém, se usa ocasionalmente a expressão “ser objetivo em sentido imane[n]te”, no mesmo sentido, e, neste caso, “imane[n]te” impede manifestadamente o temido equívoco (PES, I, p. 124).

De qualquer forma, intencional ou imane[n]te (ou objetivo) referem-se a uma característica do objeto do fenômeno psíquico que deve ser distinguida do objeto real fora do espírito. Para a filosofia moderna, “ser objetivo”

²⁹ “A imanência do objeto e a direção da consciência para o objeto são coisas inteiramente diferentes. Isto é evidente pelo fato de que Brentano foi, por último, capaz de abandonar a doutrina do objeto imane[n]te enquanto continuou a manter a ‘direção para um objeto’ como distinção característica de todos os fenômenos psíquicos.” (DE BOER, 1978, p. 6)

significa o ser existindo fora da mente, que se contrapõe às meras aparências subjetivas, ao passo que, para os escolásticos, “ser objetivo” significa, ao contrário, o ser na consciência que a imagem cognitiva possui (cf. DE BOER, 1978, p. 7). Devido exatamente a estes equívocos sobre a expressão “ser objetivo” é que Brentano prefere utilizar a palavra “imane[n]te”, que causará outros equívocos, aos olhos dos seus primeiros leitores.

Essa forma de interpretar o uso do termo “intencional” em Brentano é propícia, se consideramos o fato de que o tema da intencionalidade foi utilizado pela filosofia moderna indicando *direção para um objeto*. Assim, dizer que “intencional” não possui somente este significado, mas também e antes de tudo diz respeito a uma característica do conteúdo de consciência, não deixa de ser algo importante para uma correta interpretação de Brentano.

Existe, ainda, outro dado importante sobre esse primeiro grupo de expressões sinônimas indispensável para uma justa interpretação do texto brentaniano. Que Brentano sofreu influência do Escolasticismo para esta caracterização do fenômeno psíquico é algo que é dito pelos principais intérpretes do autor. Entretanto, um ponto importante sobre o assunto em questão tem sido passado por alto por estes intérpretes. Trata-se da influência decisiva que Aristóteles exerceu sobre a forma como Brentano sistematizou seus conceitos, especialmente sobre o tema da intencionalidade. Porta (cf. 2002) é quem, principalmente, tem alertado sobre isto, de forma bem esclarecedora.

A questão que devemos levantar neste momento é: o que significa dizer que o objeto intencional é imanente ao ato de representação (sendo que Brentano mesmo utiliza “imane[n]te” como sinônimo de intencional)?

Uma forma de respondermos a esta questão é dizer que o objeto intencional está contido no ato psíquico de forma real. Nos dizeres de Jacqueline, Brentano “parece sugerir que os objetos intencionados do pensamento estão

atualmente contidos em, são pertencentes aos atos psicológicos pelos quais eles são intencionados” (2004a, p. 101). Muitos responderam a esta questão e interpretaram este termo (imanente) desta forma, entretanto, uma análise mais precisa sobre o pano de fundo aristotélico Brentano mostra que esta interpretação parece ser equivocada³⁰.

Outra forma de responder a essa pergunta e esclarecer a utilização que Brentano faz dos termos intencional e imanente é pensá-los a partir da teoria de Aristóteles, retomada por ele, sobre a equivocidade do ser. Porta (2002) propõe uma leitura de Brentano (pelo menos no que diz respeito a PES) a partir da tese aristotélica do ser. Assim, a noção de objeto intencional em PES deve ser pensada a partir desta perspectiva³¹.

Para entendermos o *status* da imanência do objeto intencional, é necessário, tomarmos em conta que Brentano concebe o conceito de imanência em um sentido próprio, justamente devido à tese da equivocidade do ser. Porta (2002, p. 102) adverte que, quando falamos em imanência, pensamos-la sempre imediatamente em oposição a transcendência, ou seja, se algo é real na consciência, segue-se que não seja real fora dela, e também o inverso, se algo é real fora da consciência significa que não é real nela. Pensando dessa forma, Brentano seria incompreensível e

³⁰ Não pode ser negligenciado, por outro lado, o fato de que praticamente todos os discípulos de Brentano acharam duvidosa a expressão “objeto imanente”, sendo que isto poderia causar equívocos. É basicamente neste ponto que Twardowski desenvolverá sua “crítica” a Brentano. Não é nosso propósito aqui aprofundar esta questão, que por si só já demandaria um trabalho à parte, mas apenas mostrar que há diferentes interpretações sobre este assunto.

³¹ A principal questão que se coloca sobre esta tese é que: “ser” é diferente de “ser real”, assim, nem tudo o que “é” é real, ou há coisas existentes que, no entanto, não são reais (PORTA, 2002, p. 102).

contraditório, pois diz que o objeto intencional é imanente e, ao mesmo tempo, não real e, se não real, portanto, transcendente. Mas as coisas não são bem assim: “o fato de que o objeto intencional, enquanto imanente, não seja real ‘fora’ da consciência, não quer dizer que, então, ele seja real ‘na’ consciência” (2002, p. 102).

Dizer que o objeto intencional não “é” (existe) na consciência e ao mesmo tempo dizer que ele “é” (existe) nela parece contraditório, porém não o é se consideramos o fato de que esse seu ser na consciência não é outra coisa senão seu não ser real. A imanência do objeto intencional pensado a partir da tese da equivocidade do ser se torna compreensível agora, pois “o objeto intencional não ‘é real’ na consciência, porém ‘é’ nela e, em consequência, neste sentido, é imanente” (2002, p. 102). A partir disto, a expressão “in-existência” toma ainda o seguinte sentido: “‘existem’ (*Inexistenz*), o ‘em’ não indica propriamente um lugar, senão uma forma de existência” (PORTA, 2002, p. 104, grifo do autor). Assim, poderíamos dizer que o estatuto do objeto intencional de Brentano é que ele não é real na consciência e tampouco fora dela, mas ele existe de alguma forma nela³². Observemos um exemplo, a fim de explicitar melhor o que estamos dizendo: consideremos o ato de ver uma árvore. O ato de ver (a árvore, no caso) é o fenômeno psíquico, e a árvore vista é o fenômeno físico. A árvore vista é um correlato do ato de ver, e por isso mesmo não pertence a este ato de maneira real, ou seja, não “é real” na consciência, mas “é” nela, e neste sentido é imanente. Mas a árvore vista tampouco possui existência real (*wirkliche Existenz*) fora da consciência, pois a conhecemos apenas como árvore representada. Os fenômenos físicos possuem apenas existência

³² Cabe ressaltar que esta tese será abandonada por Brentano em seus escritos posteriores, principalmente em *Psicologia descritiva*, evidenciando, assim, também um distanciamento de Aristóteles (cf. PORTA, 2002).

intencional³³. Consideremos outra situação: por um instante fechamos os olhos e imaginamos a árvore que havíamos visto anteriormente. Pois bem, o fenômeno psíquico é agora não mais o ato de ver a árvore, mas, sim, o ato de imaginá-la, e o fenômeno físico, por sua vez, não mais a árvore vista, mas sim a árvore imaginada ou a imagem da árvore³⁴. Quando dizemos que o objeto imanente ou intencional não é real na consciência, significa que ele não pertence ao ato de representação, mas sim que ele é correlato de um fenômeno psíquico. “Objeto imanente” é um termo utilizado particularmente por Brentano para indicar que um objeto é considerado em seu caráter de contraposto ao ato no qual ele aparece (cf. MONTICELLI, 2005, p. 30).

Spiegelberg (1965, pp. 40-1) apontou também a originalidade de Brentano com relação ao uso do termo “intentio”, em comparação com Tomás de Aquino. Em sua interpretação, “intentio”, como usado na filosofia escolástica, significa a imagem peculiar ou semelhança formada na alma no processo de aquisição do conhecimento, que se conecta ao mundo exterior. Isto remete à teoria da espécie do conhecimento humano, que remonta à teoria da

³³ “Nicht also das ist richtig, daß die Annahme, es existiere ein physisches Phänomen, wie die, welche intentional in uns sich finden, außerhalb des Geistes und in Wirklichkeit, einen Widerspruch einschließt, nur eines mit dem anderen verglichen, zeigen sie Konflikte, welche deutlich beweisen, daß der intentionalen hier keine wirkliche Existenz entspricht. Und gilt dies auch zunächst nur, soweit unsere Erfahrung reicht, so werden wir doch nicht fehl gehen, wenn wir ganz allgemein den physischen Phänomenen jede andere als intentionale Existenz absprechen.” (PES, I, p. 132)

³⁴ Esta observação é importante, pois “podemos, assim, notar que o conceito de fenômeno físico não é oriundo do senso comum, mas determinado teoricamente como sendo tudo aquilo que se dá num ato psíquico e que, por sua vez, não é o ato mesmo” (MONTICELLI, 2005, p. 28).

percepção de Aristóteles como a recepção da forma de um objeto sem sua matéria³⁵.

A partir do que foi dito, podemos responder à questão que levantamos anteriormente dizendo que o objeto intencional é imanente à consciência no sentido de que ele possui uma existência modificada e, por isso mesmo, ser imanente não significa que ele seja real na consciência e nem que ele seja real fora dela, mas apenas que ele “é” de alguma forma (intencional) na consciência.

O segundo grupo de expressões refere-se a outro aspecto da definição de fenômeno psíquico de Brentano. Trata-se da direção ou referência para um objeto. Se no primeiro aspecto desta definição vimos que há divergências sobre a interpretação do sentido de intencional e imanente, com relação à segunda não é diferente. Contrastaremos dois autores que parecem divergir quanto à originalidade e interpretação deste ponto.

Spiegelberg (1965, p. 41) afirma que esta segunda caracterização do fenômeno psíquico – referência a um objeto – é a mais importante e a única permanente para Brentano. Spiegelberg está fazendo referência ao abandono da teoria da in-existência intencional na fase que os leitores de Brentano chamam de *reísmo*³⁶. O que Spiegelberg está dizendo é que Brentano abandona a teoria da “in-existência intencional”, mas não abandona a caracterização do fenômeno psíquico como referência a algo e, por isso mesmo,

³⁵ O próprio Brentano faz referência expressa a isto: “Já Aristóteles tem falado desta inerência psíquica. No seu livro sobre a alma, ele diz que o que é sentido enquanto sentido encontra-se naquele que sente, o sentido recebe o que é sentido sem sua matéria, o que é pensado encontra-se no entendimento pensante” (PES, I, p. 125).

³⁶ Para saber mais sobre este assunto, cf.: Mario Porta (2002, pp. 111-7) e Jan Woleński (2002, pp. 1-4). *Grosso modo*, o reísmo nega a existência dos “irreais”, ou seja, afirma que o que existe é somente o que pode ser real.

esta é mais importante. Em acréscimo a isto, essa relação a um objeto é algo completamente original de Brentano. Em suas palavras: “tanto quanto eu possa compreender, esta caracterização de Brentano é completamente original, exceto para quaisquer créditos que ele mesmo generosamente estendeu a Aristóteles por seu ‘primeiro germe’ em uma insignificante passagem da *Metafísica*” (1965, p. 41). Assim, a referência a um objeto é a principal característica de qualquer fenômeno psíquico.

Contrapondo-se à visão de Spiegelberg, De Boer (1978, pp. 8-9) primeiramente concorda com a afirmação de que o segundo aspecto da definição de Brentano é o único permanente e, de certa forma, mais importante, se temos em vista todo o desenvolvimento e fases do pensamento de Brentano. O segundo autor parece discordar da originalidade brentaniana no que diz respeito à referência a um objeto. De acordo com ele, tem-se estabelecido que o termo “intencional” é derivado dos escolásticos, ao passo que sua definição de fenômeno psíquico como relacionalidade a um objeto é algo inteiramente novo, uma descoberta original de Brentano. No entanto, isto soaria estranho devido ao fato de que a palavra “*intentio*” é derivada de “*intendere*” ou “*tendere*”, que significa também algo parecido como “tender para”³⁷. Os escolásticos também utilizavam este termo como referência, mas de uma maneira bem específica. Tomás de Aquino, por exemplo, utiliza-o denotando um ato de vontade. Deve-se distinguir cuidadosamente entre dois usos (ou sentidos) da palavra “*intentio*”: um na ordem *conativa*, que significa “esforçar-se para”, “empenhar-se a”, “impulso” ou “tender a” algo, em suma,

³⁷ A expressão utilizada em De Boer (1978, p. 9) é “*striving after*”, que poderia ser traduzido por “esforçar-se para” ou “empenhar-se a” algo. De acordo com ele, Husserl utiliza o termo em alemão “*Vermeinen*” como tradução do termo latino “*intendere*”. Este termo alemão, um tanto quanto difícil de ser vertido para o português, poderia significar algo como “pretender”.

um ato de vontade³⁸; e o outro na ordem *cognitiva*, referindo somente o modo específico de ser do objeto possuído na mente.

Este é o ponto importante para o que estamos dizendo sobre a originalidade de Brentano, pois, para De Boer (1978, p. 9), Brentano utiliza o termo “intentio” enquanto referência a algo, mas como uma propriedade dos atos cognitivos e não conativos, como faz Tomás de Aquino. “Então, a originalidade de Brentano consiste nisto, que ele usa o conceito de ‘intentio’ como ‘tendere in’ para referir a uma propriedade dos atos cognitivos ou – para usar sua própria terminologia – atos de representação e julgamento” (DE BOER, 1978, p. 9). Também original em Brentano seria a tentativa de estabelecer as fronteiras entre psicologia e ciências naturais, utilizando o velho tema da “in-existência” intencional, e ao fazer isso ele colocou este tema em um contexto totalmente novo.

Assim, parece evidente que a “direção para um objeto” também foi tomada do Escolasticismo medieval, mas incluindo uma modificação no uso do termo “intentio”, tal como destacado acima. Ao tentar distinguir as duas classes de fenômenos, assim como estabelecer as bases de uma psicologia empírica, Brentano retoma e reformula o conceito de intencionalidade já existente nos escolásticos.

Das duas teses que levantamos acima, podemos perceber que a primeira (a saber: que o fenômeno psíquico contém intencionalmente um objeto) aborda o *status*

³⁸ “Pois a noção de intenção está impregnada, já na linguagem corrente, de uma significação principalmente moral. A intenção é o projeto, o esboço interior de uma ação futura e, portanto, um ato de vontade. (...) Para S. Tomás, por exemplo, a intenção é a tendência da vontade para um fim real. A intenção quer *ter* a coisa desejada. (...) Compreende-se facilmente que a intencionalidade queira ser concluída numa posse imediata de seu objeto, na *presença* transparente de seu fim.” (MURALT, 1998, pp. 63-4)

ontológico do objeto, sendo, portanto, uma tese ontológica; enquanto a segunda (a propriedade de referir-se a algo) diz respeito não a um sentido ontológico, mas ao sentido psicológico ou epistemológico da intencionalidade, pois o ato mental possui a propriedade de referir-se (ou relacionar-se) a algo como objeto.

1.3 A referência a um objeto

Tendo estabelecido os principais conceitos de Brentano sobre os fenômenos psíquicos, tal como expostos em PES, podemos agora inferir as devidas consequências com relação ao tema da intencionalidade³⁹.

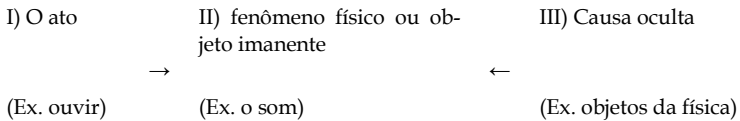
Vimos que, no modo de aparição dos fenômenos psíquicos e dos fenômenos físicos, ou seja, através da percepção interna e externa, há uma referência do ato tanto para algo que é dado como objeto como, também, para o ato em si mesmo, como uma percepção adicional. É esta estrutura que possibilita a psicologia como uma ciência e que possibilita, inclusive, a existência dos fenômenos psíquicos (cf. MONTICELLI, 2005, pp. 39-40).

Vejamos, por outro lado, como funciona a relação entre o ato de representação e o objeto imanente a este ato⁴⁰. Tomemos como exemplo o “ver uma cor”, que é, por sua vez, um fenômeno psíquico e, portanto, possui em si

³⁹ As expressões que Brentano utiliza são: “referência a um conteúdo ou direção a um objeto” (PES, p. 124), entretanto, a partir das *Investigações lógicas* de Husserl, especialmente a V Investigação, o termo “intencionalidade” passou a ser empregado indicando esta referência do ato de representação ao seu objeto.

⁴⁰ Dario Teixeira (2003) defende a tese de que a intencionalidade em Brentano deve ser compreendida como uma relação; contrapondo posteriormente a concepção husserliana de intencionalidade como adverbial e não relacional, discordaria, portanto, de J. N. Kaufmann (2000, pp. 133-61). Sobre esta polêmica especificamente, ver este último (pp. 135-9).

um objeto imanente (uma cor vista). Há, assim, uma referência (dirigir-se para) a este objeto imanente (a cor vista). Portanto, todo fenômeno psíquico depende ou está relacionado a um objeto imanente (ou “in-existente”). Importante é percebermos que o ato relaciona-se a este objeto intencional ou imanente, e não às coisas reais existentes fora da mente. Como vimos, Brentano afirma que os fenômenos físicos só existem fenomenalmente, ou seja, não podemos dizer que eles possuem existência além da sua existência intencional, assim, não podemos conhecer nada sobre a natureza absoluta do mundo transcendente. O que existem são forças ou estímulos físicos que causam percepções. Os fenômenos físicos são como signos que indicam que há algo que lhes dá origem (cf. DE BOER, 1978, pp. 40-1; PES, I, p. 28). Colocando de forma mais clara, podemos dividir e sumariar, como faz De Boer (1978, pp. 41-2), a questão da seguinte forma. Há três termos: o físico (que é o objeto da física), o fenômeno físico e o ato. Esquematizando, teríamos:



A seta que aponta para a direita é a seta da intencionalidade: o ato dirige-se para o objeto imanente, que é o fenômeno físico. A intencionalidade não se estende à causa oculta, mas somente ao objeto imanente. A seta que aponta para a esquerda é o estímulo que dá origem ao fenômeno físico e procede do mundo externo.

Para o Escolasticismo, as coisas são diferentes: há uma relação entre o objeto real e o objeto intencional, uma ligação entre a cor existente fora de mente (o que chamamos de causa oculta) e a cor existente na mente (objeto intencional). O objeto intencional funciona como um termo médio entre o objeto real e o conhecedor, isto é, é um meio

pelo qual temos acesso ao mundo real fora da mente. Assim, o que nós conhecemos não é o objeto intencional, mas o que ele aponta: o objeto real. Com Brentano esta relação entre o objeto intencional e o objeto real é quebrada: o primeiro (objeto intencional) é o último termo da relação com o ato, como nós vimos no esquema. O que é conhecido é o objeto intencional, e não o objeto real. Assim, o objeto intencional não possui mais a função de mediação (cf. DE BOER, 1978, pp. 47-8; 54-5).

Cabe ressaltar, como lembra De Boer (1978, p. 46), que Brentano não está estabelecendo aqui uma teoria do conhecimento, tendo em vista que esta definição de fenômeno psíquico, que nós vimos, encontra-se em um dos primeiros dos quatro livros que Brentano tinha como objetivo escrever, mas cujo quarto livro nunca apareceu. Assim, os primeiros livros são apenas preparação (descrição dos fenômenos) para o que viria a ser desenvolvido depois, que seria, portanto, a parte substancial do trabalho. Assim, o Livro II, que contém o tema da intencionalidade, é apenas um capítulo preparatório para desenvolvimentos posteriores, por isso a doutrina da intencionalidade não visa a servir como uma ponte entre a realidade exterior e a interior.

1.4 O legado da tese da intencionalidade de Brentano

Apesar de todas as polêmicas geradas pelas considerações de Brentano em PES, este é considerado um marco na história do conceito de intencionalidade.

Brentano não criou tal conceito, mas resgatou-o ao longo da história da filosofia desde Aristóteles, passando pelos medievais e introduzindo novidades. Elevou o conceito de intencionalidade como uma forma de distinguir entre o que é psicológico e o não psicológico, o pensamento e o não pensamento, o fenômeno psíquico e o fenômeno físico etc. “Ele não somente identifica intencionalidade

como a marca distintiva do mental, mas faz da intencionalidade a fundação para uma filosofia científica empírica da mente que de longe supera algo que tinha previamente sido contemplado por Aristóteles e pensadores medievais." (JACQUETE, 2004, p. 100)

Ainda, de acordo com Jacquete (2004, p. 100), Brentano preparou o terreno para os posteriores desenvolvimentos da psicologia filosófica. Exerceu uma grande influência nas investigações fenomenológicas subsequentes, como as de Carl Stumpf e Edmund Husserl, assim como Martin Heidegger, Jean-Paul Sartre e Maurice Merleau-Ponty. Abriu caminho para a chamada teoria do objeto (*Gegenstandstheorie*) de Alexius Meinong e para seus estudantes e colaboradores, Alois Höfler, Kazimir Twardowski, Ernst Mally e outros. Ainda hoje, as implicações das teorias brentanianas são discutidas, criticadas e reformuladas em vários ramos do conhecimento.

Especificamente no próximo capítulo veremos as influências deste filósofo sobre Twardowski no que diz respeito ao tema da intencionalidade.

1.5 Concluindo

Diante do que foi desenvolvido até aqui, podemos estabelecer de maneira sintética as principais teses brentanianas da seguinte maneira:

- 1) Para Brentano, os fenômenos são divididos em:
 - a) Psíquicos – que possuem a caracterização da “in-existência” intencional de um objeto, isto é, contêm um objeto imanente. Os fenômenos psíquicos possuem uma existência real;
 - b) Físicos – são os objetos representados, objetos intencionais. Possuem uma existência intencional.
- 2) Brentano distingue, portanto:

- a) O ato de representar (representação) – os fenômenos psíquicos;
- b) O objeto representado – os fenômenos físicos.
- 3) A intencionalidade deve ser compreendida como uma referência do ato a algo que é dado como objeto imanente. Há, também, uma referência do ato a si mesmo, como uma percepção adicional.

Disto resulta que:

- 4) Parece haver uma confusão entre o objeto e conteúdo representado⁴¹.

É a partir desse contexto e de tais problemas que iniciaremos agora nosso estudo sobre a distinção proposta por Twardowski relativamente à teoria dos fenômenos psíquicos de Brentano.

⁴¹ Se olharmos com devida atenção para aquela passagem citada anteriormente, perceberemos que Brentano utiliza o termo objeto como sinônimo de conteúdo. É exatamente neste ponto que Twardowski criticará Brentano em sua obra *Zur Lehre vom Inhalt und Gegenstand der Vorstellungen*.

II ZUR LEHRE: A TRIPLA DISTINÇÃO DO FENÔMENO PSÍQUICO

2.1 A distinção entre conteúdo e objeto de representação

A partir das teses de Brentano, seus discípulos Höfler e Twardowski apontaram para uma ambiguidade na afirmação de que algo é dado como objeto imanente a todo fenômeno psíquico. Esta ambiguidade se refere à própria expressão “objeto imanente ou intencional”, que poderia ser interpretada, umas vezes, como objeto, e outras como conteúdo⁴². Twardowski (ZL, p. 4) cita a distinção de Höfler no início de seu texto, e certamente os seus argumentos foram o ponto de partida para a análise do filósofo polonês (cf. WOLEŃSKI, 1998, p. 24). Mas se, por um lado, Twardowski propõe sua distinção entre conteúdo e objeto citando Höfler, por outro, isto levaria a crer que a diferenciação que os dois efetuam seria idêntica, sendo que, na verdade, existe uma dessemelhança essencial entre ambos os tratamentos sobre conteúdo e objeto (cf. PORTA, 2007, p. 268)⁴³.

No caso de Höfler⁴⁴, parece haver apenas uma mera distinção entre conteúdo e objeto. Isto significa que o

⁴² Limitar-nos-emos a apresentar a forma como Twardowski interpreta esta tese brentaniana, sem discutir sua validade perante o que Brentano supostamente quis afirmar com ela. Tal análise demandaria um estudo muito mais detalhado sobre Brentano e Twardowski, o que transcenderia a natureza desta pesquisa.

⁴³ De acordo com Mario Porta (2007), este proceder é pouco feliz exatamente por ser duvidoso que a distinção que Twardowski e Höfler efetuam seja a mesma.

⁴⁴ A menção que fazemos a Höfler tem como objetivo, aqui, apenas mostrar a diferença e a peculiaridade de Twardowski em relação a este no que diz respeito à diferença entre conteúdo e objeto. Para tal, utilizaremos a leitura de Mario Porta (2007) sobre

que ele pretende não é estabelecer uma relação positiva, mas uma oposição, entre conteúdo e objeto. Assim, “a oposição conteúdo-objeto se reduz à oposição objeto imanente – objeto transcendente (*‘an-sich bestehende’*)” (PORTA, 2007, p. 269). No trecho seguinte (que é, inclusive, o texto de Höfler que Twardowski cita), podemos perceber melhor tais questões:

(1) o que chamamos anteriormente de “conteúdo de representação e do juízo” reside de todo internamente ao sujeito, do mesmo modo como os próprios ato de representação e ato de juízo. (2) As palavras “objeto” e “objetividade” são usadas de duas maneiras: de um lado, são usadas para aquele existente em si ou “coisa em si”, aquele efetivo ou real (...), ao qual se dirige, por assim dizer, nosso representar e julgar; de outro lado, são usadas para a “imagem” psíquica existente “em” nós e mais ou menos aproximada daquele real, uma *quase-imagem* (mais corretamente: um signo) que se identifica ao que chamamos em (1) de “conteúdo”. Para diferenciar do objeto, ou objetividade, tido como independente do pensar, chama-se o conteúdo próprio a um representar e julgar (bem como a um sentir e querer) também de “objetividade imanente ou intencional” desses fenômenos psíquicos. (HÖFLER *apud* TEIXEIRA, *no prelo*, p. 125)

O conteúdo é tomado como o objeto imanente ou intencional que se diferencia do objeto transcendente ao ato. O primeiro encontra-se no sujeito do mesmo modo

este assunto e algumas considerações de Woleński (1998) sobre Höfler.

que o ato, e o segundo é a “coisa em si” (independente do pensar) para o qual o ato de representar se dirige⁴⁵. A questão central é que a relação entre objeto e conteúdo para Höfler é uma relação de cópia, e não de mediação, como no caso de Twardowski⁴⁶.

Essa informação é essencial para compreendermos a peculiaridade da distinção twardowskiana. Twardowski não define o objeto por sua transcendência, nem o conteúdo como mera cópia, ou seja, ele não faz meramente uma distinção entre conteúdo e objeto, mas estabelece uma relação positiva entre eles (cf. PORTA, 2007, p. 269). Isto é, o conteúdo funciona como um mediador entre o ato e o objeto: “o conteúdo é como que o meio pelo qual o objeto é representado”⁴⁷. Remetendo a Zimmermann, Twardowski (ZL, p. 18) diz que o conteúdo é representado *na* (*in*) representação, enquanto o objeto é representado *pelo* (*durch*) conteúdo de representação. O que é representado *em* uma representação é o seu conteúdo, e o que é representado *por* uma representação é o seu objeto. Assim, as

⁴⁵ Para Woleński, a tese de Höfler pode ser resumida da seguinte forma: “(a) conteúdos e atos mentais estão dentro do sujeito, (b) o termo ‘objeto’ é ambíguo, porque pode referir tanto a entidades independentes do ato quanto a imagens (ou: signos) de entidades reais existindo ‘em’ nós, (c) naturalmente, para evitar a ambiguidade, pode-se chamar objeto existindo em nós de ‘objeto intencional ou imanente’” (1998, p. 24).

⁴⁶ Com isto, Höfler estaria comprometido com uma forma de representacionalismo lockiano (cf. PORTA, 2007, p. 269).

⁴⁷ “(...) der Inhalt sei gleichsam das Mittel, durch welches der Gegenstand vorgestellt werde” (ZL, p. 18). Para esta obra utilizaremos, às vezes, a tradução parcial brasileira de Celso Braidia, e às vezes tradução própria, baseada na primeira e na versão inglesa de Grossmann. De qualquer maneira, quando utilizarmos as traduções indicaremos sempre o ano junto com a paginação e omitiremos o ano quando se tratar da versão original em alemão. Para mais detalhes das respectivas traduções, ver a referência completa no final do texto.

relações que se estabelecem entre o ato e o conteúdo e entre o ato e o objeto são diferentes. De acordo com Porta, o conteúdo para Twardowski cumpre duas funções: a) constrói a relação do ato com um objeto e b) determina a qual objeto o ato se refere (2007, p. 269).

Nessa perspectiva, ressaltamos novamente que, para Twardowski, o conteúdo não é meramente uma “cópia” (*Abbild*) mental, como se fosse um substituto mental do objeto, mas que o conteúdo funciona como um elo (*Bindglied*) entre o ato e o objeto⁴⁸; o ato se refere ao objeto por meio do conteúdo. Nenhuma outra relação entre conteúdo e objeto pode ser estabelecida além da intencional, ou seja, o objeto de representação é representado através de seu conteúdo e ambos pertencem ao mesmo ato de representação (ZL, p. 81).

A partir desse conceito de conteúdo de Twardowski pode-se dizer que ele tende a superar uma espécie de representacionalismo⁴⁹ existente na posição de Höfler e a reformular a teoria da intencionalidade presente em Brentano (cf. PORTA, 2007, p. 269).

2.2 A distinção de Twardowski na perspectiva linguística

A questão que apresentamos – sobre a estrutura do fenômeno psíquico em que o conteúdo possui a função de mediação entre o ato e o objeto – possui uma contraparte linguística que evidencia essa leitura sobre Twardowski.

⁴⁸ “Und dieses Bindeglied, der Vorstellungsinhalt in dem von uns angenommenen Sinne, ist nicht ein und dasselbe wie der Act.” (ZL, p. 31)

⁴⁹ Um estudo detalhado sobre os tipos diferentes de representacionalismo e a situação de Twardowski perante eles é oferecido por Ryan Hickerson (2007).

Há certas similaridades entre a distinção de Frege entre sentido (*Sinn*) e referência (*Bedeutung*) (cf. FREGE, 2009, pp. 129-58) e a diferenciação twardowskiana entre conteúdo e objeto. De antemão, podemos afirmar que o que Twardowski designa ato de representação (ou, na contraparte linguística: nome), Frege chama de sinal (*Zeichen*) ou nome (*Name*) e por estes ele entende qualquer designação que desempenhe o papel de um nome próprio (cf. FREGE, 2009, p. 131)⁵⁰. O que Twardowski chama de conteúdo (ou significado de um nome), guardadas as devidas proporções, Frege chama de sentido; e o que Twardowski chama de objeto de uma representação, Frege, por sua vez, designa referência do sentido. Frege distingue, portanto, entre um sinal (nome), sua referência e seu sentido⁵¹.

A fim de organizar nossa exposição, apresentaremos alguns pontos em comum entre esses dois autores, evidenciando, assim, a questão em pauta.

Primeiro, com relação às representações equivalentes (*Wechselvorstellungen*⁵²) – em termos twardowskianos – e àqueles casos em que os sentidos de um sinal (*Zeichen*) ou nome (*Name*) são diferentes, mas a referência é a

⁵⁰ Nome próprio, para Frege, é uma expressão que designa ou refere-se a um objeto determinado e de um modo determinado. Alguns nomes próprios foram designados depois por Russell de “descrições definidas”, por exemplo: “o discípulo de Platão e o mestre de Alexandre Magno” (cf. FREGE, 2009, p. 131, nota do tradutor n. 11; p. 148, nota do tradutor n. 57).

⁵¹ “É, pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letras), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência (*Bedeutung*), ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido (*Sinn*) do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto.” (FREGE, 2009, p. 131)

⁵² Por *Wechselvorstellungen* Twardowski entende aquelas representações que possuem conteúdos diferentes que se referem ao mesmo objeto (ZL, p. 32). Este será um dos seus argumentos para diferenciar conteúdo de objeto, como veremos.

mesma (em termos fregeanos). As representações equivalentes são aquelas que possuem a mesma extensão, mas um conteúdo diferente. São exemplos destes tipos de representações expressões tais como: “a cidade natal de Mozart” e “a cidade romana Juvavum”. Estas expressam conteúdos e designam um objeto, mas o conteúdo que cada uma delas expressa é diferente, ao passo que o objeto designado por elas é o mesmo.

Para Frege, também há casos em que os sentidos de uma expressão são diferentes, mas sua referência é a mesma. São exemplos destes tipos de expressão: “a estrela da manhã” e “estrela da tarde”, em que a referência é a mesma (ou seja, Vênus), mas o sentido de cada expressão é diferente⁵³.

A conexão regular entre um sinal, seu sentido e sua referência é de tal modo que ao sinal corresponde um sentido determinado e ao sentido, por sua vez, corresponde uma referência determinada, enquanto que uma referência (um objeto) pode receber mais de um sinal. (FREGE, 2009, p. 132)

A função mediadora do conteúdo pode ser percebida, portanto, na contraparte linguística, a partir do momento em que o significado do nome é o meio pelo qual

⁵³ Frege também cita outro exemplo: “O ponto de interseção de a e b é o mesmo que o ponto de interseção de b e c . Temos, assim, diferentes designações para o mesmo ponto, e estes nomes (‘ponto de interseção de a e b ’ e ‘ponto de interseção de b e c ’) indicam também os modos pelos quais esses pontos são apresentados. (...) a referência das expressões ‘o ponto de interseção de a e b ’ e ‘o ponto de interseção de b e c ’ seria a mesma, mas não os seus sentidos.” (FREGE, 2009, pp. 130-1)

nos referimos a um objeto que é designado pelo nome⁵⁴. Quando anunciamos a expressão “a cidade natal de Mozart”, seu significado determina a forma como referimos aquilo que é designado e o que é designado, assim como a expressão “a cidade romana Juvavum” determina uma forma diferente de nos referirmos ao mesmo objeto. Em termos fregeanos, o sentido também parece intermediar o sinal e a referência. O sentido indica o modo pelo qual nos referimos a um referente (cf. FREGE, 2009, p. 131)⁵⁵, no sentido está contido o modo de apresentação do objeto. O modo como nos referimos a Vênus pode ser diferente nos dois casos: “a estrela da manhã” e a “estrela da tarde”.

Consideremos a seguinte passagem de Frege *Sobre o sentido e a referência* (2009, p. 135), em que se evidencia o caráter intermediário do sentido, mas também uma diferença essencial entre ele e Twardowski.

A referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos; a ideia⁵⁶ que dele temos é inteiramente subjetiva; entre uma e outra está o sentido que, na

⁵⁴ “O nome suscita naquele a quem a fala se dirige uma significação (*Bedeutung*), um conteúdo (de representação) psíquico; e, em virtude dessa significação, o nome nomeia um objeto (*Gegenstand*). Assim como o suscitar de um conteúdo de representação é o meio pelo qual o nome nomeia um objeto, do mesmo modo o conteúdo de representação é, ele mesmo, o meio pelo qual o ato de representação (do qual ele deu informação pelo nome) representa um objeto.” (ZL, 2011, p. 289)

⁵⁵ “O sentido é o mediador entre a expressão (nome próprio, termo conceitual ou sentença) e seu referente.” (cf. FREGE, 2009, p. 132, nota do tradutor n. 15)

⁵⁶ Observamos que a tradução brasileira utilizada para esta obra de Frege verte o termo *Vorstellung* por “ideia” e não por “representação”, como estamos utilizando em todo o nosso texto. Optamos por não alterar a referida tradução.

verdade, não é subjetivo como a ideia, mas que também não é o próprio objeto. A comparação seguinte poderá, talvez, esclarecer essas relações. Alguém observa a lua através de um telescópio. Comparo a própria lua à referência; ela é o objeto da observação, proporcionado pela imagem real projetada pela lente no interior do telescópio, e pela imagem retiniana do observador. A primeira imagem comparo ao sentido, a segunda, à ideia ou intuição. A imagem real dentro do telescópio é, na verdade, relativa, depende do ponto de vista da observação; não obstante, ela é objetiva, na medida em que pode servir a vários observadores. De fato, ela poderia ser disposta de tal forma que vários observadores poderiam utilizá-la simultaneamente. Mas no que diz respeito à imagem retiniana cada um dos observadores teria sua própria imagem.

Por intermédio do sentido, designamos um objeto ou, nos termos fregianos, referimo-nos a um referente, assim como, nos termos twardowskianos, por meio de um conteúdo, referimo-nos a um objeto de representação. Mas, se há algo de parecido no tratamento de ambos os autores, há também uma diferença efetiva entre eles. Enquanto o designado (ou objeto) de Twardowski é compatível com a referência de Frege, o mesmo não ocorre em relação ao significado do primeiro e o sentido do segundo (cf. GROSSMANN, 1977, pp. XXVIII-XXIX). O significado, como já apontado, é o conteúdo (*psychischen Inhalt*) de representação e, portanto, é algo psíquico⁵⁷, já o sentido, em termos

⁵⁷ "Somit erfüllt der Name bereits zwei Aufgaben. Erstens gibt er kund, dass der den Namen Gebrauchende etwas vorstellt; er zeigt das Vorhandensein eines psychischen Actes im

fregianos, não é uma entidade psíquica, ou seja, não é algo imanente, subjetivo, pertencente à representação. Esta é uma diferença decisiva, pois Frege, rejeitando o princípio da imanência, nega que o sentido seja algo psicológico ou redutível ao plano da imanência⁵⁸. Em uma sentença, Frege compara o sentido ao que ele chama de “pensamento” (*Gedanke*)⁵⁹, pois pode-se substituir uma palavra de uma sentença, mudando assim o seu sentido e, portanto, o seu pensamento, e, não obstante, não mudar a sua referência.

Por fim, para Frege, pode haver nomes que não possuem referência ou que só possuem sentido⁶⁰, enquanto para o polonês, como veremos logo mais, isto será um problema. Todo nome necessariamente possui um significado

Sprechenden an. Zweitens erweckt er im Hörenden einen bestimmten psychischen Inhalt. Dieser Inhalt ist es, den man unter der ‘Bedeutung’ eines Namens versteht.” (ZL, p. 11)

⁵⁸ “A referência e o sentido de um sinal devem ser distinguidos da ideia (*Vorstellung*) associada a este sinal. Quando a referência de um sinal é um objeto sensorialmente perceptível, então a ideia que dele tenho é uma imagem interna, emersa das lembranças de impressões sensíveis passadas e das atividades, internas e externas, que realizei. (...) A ideia, por tal razão, difere essencialmente do sentido de um sinal, o qual pode ser a propriedade comum de muitos e, portanto, não é uma parte ou modo da mente individual.” (FREGE, 2009, p. 134)

⁵⁹ Sobre este assunto, cf. outro artigo de Frege (2002, p. 20), intitulado *Der Gedank*.

⁶⁰ “Pode-se talvez admitir que uma expressão sempre tenha um sentido, caso seja gramaticalmente bem construída, e desempenhe o papel de um nome próprio. Mas com isso não se quer dizer que sempre exista uma referência correspondente ao sentido. As palavras ‘o corpo celeste mais distante da terra’ têm um sentido, mas é muito duvidoso que também tenham uma referência. (...) Portanto, apreender um sentido nunca assegura a existência de sua referência.” (FREGE, 2009, p. 133)

e algo que é designado⁶¹. Assim, não há representações sem objeto, mas sim representações em que o objeto não existe.

É evidente que há certa proximidade na forma como estes dois filósofos tratam a questão da distinção entre os nomes e seus referentes, mesmo havendo uma diferença essencial, principalmente no que diz respeito ao *status* do sentido (de Frege) e do conteúdo (ou significado de Twardowski). Podemos dizer que a tese de Twardowski é uma contraparte psicológica da distinção de Frege (cf. BETTI, 2011, p. 11; CAVALLIN, 1997, p. 53), pelo fato de que ela confirma a interpretação de que o conteúdo de Twardowski deve ser visto como um termo médio. O filósofo polonês reformula, assim, a teoria das funções do nome estabelecendo um paralelo entre nomes e representações, em que o significado possui a função mediadora, tal como o conteúdo. Esta é, de fato, uma particularidade de sua tese⁶².

2.2.1 Analogia entre nomes e representações

O paralelo entre nomes e representações é feito a partir das funções do nome (*Namen*). Para Twardowski, há uma analogia entre os fenômenos psíquicos e as formas da linguagem e esta comparação contribui para clarear a distinção proposta no caso das representações.

⁶¹ “O que não é um problema para a teoria de Frege do significado da linguagem – isto é, que alguns nomes não possuem referência, mas somente sentido – torna-se uma questão crítica para Twardowski. Para a analogia entre o nível da representação e o nível dos nomes na linguagem tomada, todos os nomes genuínos precisam (por definição) referir, ou ‘ter referência/referente’.” (CAVALLIN, 1997, p. 115)

⁶² Todos os créditos desta interpretação são de Mario Porta (2007, p. 281).

Nesse ponto, abordando o conceito de nome, Twardowski faz menção a John Stuart Mill (cf. MILL, 1974, Livro 1, Cap. 2, § 1, pp. 89-103). Mill havia levantado a questão se nomes são propriamente nomes de coisas ou de nossas ideias sobre coisas (cf. MILL, 1974, p. 89). Coisa (*Dinge*), na perspectiva de Mill, é interpretada por Twardowski como correspondendo ao que ele chama de objeto de representação. Ao dar a resposta a esta questão, Mill estaria fazendo uma distinção entre o conteúdo e o objeto de uma representação. “A palavra ‘sol’, pensa Mill, é o nome do sol e não o nome de nossa representação do sol.” (ZL, 2011, p. 279) Assim, o nome comunica ao ouvinte um conteúdo de representação e, ao mesmo tempo, nomeia um objeto.

Mas, diante disso, podemos perguntar: o que são nomes? A resposta de Twardowski remete a dois conceitos desenvolvidos pela lógica tradicional, a saber: os termos categoremáticos e os sincategoremáticos. Os primeiros são todos os meios de designação da linguagem que não são meramente co-significantes, mas simplesmente a expressão de uma representação (ZL, p. 11). Em outras palavras, os termos categoremáticos são aqueles que, tomados por si só, têm uma significação determinada, ou seja, expressam algo, e por isso mesmo expressam uma representação. Os termos sincategoremáticos, ao contrário, são co-significantes, ou seja, por si só não possuem uma significação determinada, não expressam algo e não podem expressar representações⁶³. Assim, os nomes são termos categoremáticos,

⁶³ “De acordo com Ockham: ‘Os termos categoremáticos têm significação determinada e certa, assim como o nome ‘homem’ significa todos os homens, e o nome ‘animal’ todos os animais, e o nome ‘brancura’ todas as brancuras’. Os termos categoremáticos são unidades linguísticas que, quando tomados isoladamente, têm uma significação. Por outro lado, os termos sincategoremáticos: ‘(...) não têm uma significação definida e certa, nem significam coisas distintas das coisas significadas pelos categoremáticos’. São exemplos de termos

ao passo que os sincategoremáticos não podem ser considerados nomes, mas apenas partes de nomes⁶⁴.

Na perspectiva twardowskiana, os nomes cumprem três funções: a) informam um ato de representação; b) evocam um conteúdo psíquico e c) denominam um objeto⁶⁵.

A princípio, parece ser apenas uma mera analogia entre a linguagem e a representação, ou seja, entre as funções do nome e a tríplice divisão do fenômeno psíquico que Twardowski se propõe a fazer. No entanto, se olharmos detidamente para as consequências de tudo o que Twardowski está afirmando com esta comparação, perceberemos tanto pontos sutis sobre o conceito de conteúdo

sincategoremáticos, ‘todo’, ‘nenhum’, ‘e’, ‘ou’, ‘enquanto’, somente’ etc. Estritamente falando, termos sincategoremáticos tomados em si mesmos não têm significação, isto é, não são unidades significativas, mas unidades funcionais. Eles adquirem significação (co-significam) quando estão juntos aos termos categoremáticos e, assim, modificam ou afetam (negando, unindo, quantificando etc.) a significação destes. Ockham os compara com a função do zero na aritmética, que tomado isoladamente não significa nada, mas que dá significado ao número ao qual é adicionado.” (LEITE JÚNIOR, 2005, pp. 69-70)

⁶⁴ “Palavras que não são passíveis de ser usadas como nomes, mas somente como partes de nomes, são chamadas por algumas escolas termos sincategoremáticos (...) porque era somente *com* algumas outras palavras que eles podem ser predicados. Uma palavra que pode ser usada ou como sujeito ou predicado de uma proposição sem ser acompanhada por qualquer outra palavra foi nomeado por alguns autores como termo categoremático.” (MILL, 1974, § 2, p. 90)

⁶⁵ “Die drei Functionen des Names sind demnach: Erstens die Kundgabe eines Vorstellungsactes, der sich im Redenden abspielt. Zweitens die Erweckung eines psychischen Inhaltes, der Bedeutung des Namens, im Angesprochenen. Drittens die Nennung eines Gegenstandes, der durch die von dem Namen bedeutete Vorstellung vorgestellt wird.” (ZL, p. 12)

que ele apresenta quanto, também, os problemas que disto resultarão, sobretudo, ao identificar significado com conteúdo psíquico (*psychischen Inhalt*), o que será objeto de crítica por parte Husserl.

Vejamos os detalhes dessas três funções do nome anunciadas por Twardowski. Antes de tudo, se o nome nomeia algo, é porque há alguém que o anuncia: ele indica a presença de um ato psíquico, assim, sempre há um ato de representação que ocorre naquele que fala. Segundo, ao anunciar um nome, aquele que o faz pretende evocar no ouvinte o mesmo conteúdo psíquico que tal nome cumpre para si mesmo⁶⁶. Por meio do nome, um conteúdo psíquico é determinado, é revelado, e este conteúdo encontra-se no próprio anunciante. Ele representa para si aquilo mesmo que ele deseja que o ouvinte represente para ele próprio. Este conteúdo psíquico determinado, Twardowski chama-o de “significação” (*Bedeutung*) do nome⁶⁷. Em terceiro lugar, o nome nomeia coisas (*Dinge*) e não nossas representações de coisas, então, os nomes servem para comunicar algo (*etwas*) sobre as coisas. A terceira função do nome aparece como a denominação de objetos que são representados pela representação (significados pelos nomes).

Deixando de lado os problemas gerados pela afirmação de Twardowski de que significados dos nomes são conteúdos psíquicos, seu objetivo inicial aqui é mostrar que, por meio da perspectiva linguística, pode-se perfeitamente tanto fazer a distinção entre conteúdo e objeto como,

⁶⁶“Se alguém diz ‘sol, lua, estrelas’, pretende que aqueles que o escutam pensem como ele no sol, na lua, nas estrelas.” (ZL, 2011, pp. 279-80)

⁶⁷“Dieser Inhalt ist es, den man unter der ‘Bedeutung’ eines Namens versteht.” (ZL, p. 11) Em uma nota de rodapé, Twardowski (cf. ZL, p. 11), citando Marty, explicita que o que ele denomina significação (*Bedeutung*) de uma expressão (*Ausdrucks*) é o conteúdo da alma (*Seeleninhalt*), e que o nome é signo (*Zeichen*) de uma representação.

também, confirmar esta distinção no plano das representações.

2.3 A tripla distinção do fenômeno psíquico

Brentano tinha proposto uma dupla divisão do fenômeno psíquico em: representação e aquilo que é representado, entre o ato de representar e o objeto imanente ao ato. Twardowski, por sua vez, sugere que o que geralmente se chama de objeto imanente (*immanentem Object*) – como no caso de Brentano – é, na realidade, o conteúdo (*Inhalt*) da representação e aquilo a que nosso representar se refere é o objeto mesmo (*Gegenstand*⁶⁸). Há, assim, uma tripla divisão do fenômeno psíquico: o ato de representação (*Vorstellungssact*), o conteúdo da representação (*Vorstellungsinhalt*) e o objeto da representação (*Vorstellungsgegenstand*) (ZL, pp. 3-4).

Essa tripla distinção pode ser encontrada também no caso particular dos juízos⁶⁹. De acordo com Twardowski, a essência do juízo encontra-se no fato de reconhecer ou rejeitar (cf. ZL, p. 8)⁷⁰, sendo que o que é reconhecido ou rejeitado é o objeto do juízo e seu conteúdo é a existência de um objeto, ou seja, quem emite um juízo afirma alguma coisa sobre a existência de um objeto. Em outros termos: o objeto do juízo é o que é reconhecido ou rechaçado pelo próprio juízo e, na medida em que este objeto é reconhecido ou rechaçado, a sua existência também é reconhecida ou rechaçada; assim, o conteúdo é uma afirmação ou

⁶⁸ Twardowski parece utilizar as palavras *Gegenstand* e *Object* como sinônimos.

⁶⁹ Twardowski segue Brentano nesta questão, classificando os fenômenos psíquicos em: representação (*Vorstellung*), juízo (*Urteil*) e afeto-vontade (*Wille-Gefühl*) (cf. PORTA, 2007, p. 279).

⁷⁰ Twardowski cita novamente Brentano (PES, II, Cap. 7, § 4 ss) sobre este assunto.

negação sobre a existência do objeto⁷¹. “O que no sentido próprio é julgado é o objeto mesmo; e, na medida em que o objeto é julgado, também a sua existência parece ser julgada, mas num outro sentido.” (ZL, 2011, p. 277)

Assim, é possível estabelecer uma analogia entre o juízo e o representar: a) o conteúdo (do representar) é a “imagem” (*Bild*) psíquica ou signo (*Zeichen*) do objeto, ao passo que no conteúdo do julgar é a existência do objeto que é julgada (ZL, p. 9); b) o objeto do representar e do julgar não é sua “imagem” psíquica, nem sua existência, mas o objeto mesmo (ZL, p. 9); e c) em ambos os fenômenos psíquicos, o objeto é independente do pensar (ZL, p. 9). A diferença entre juízos e representações consiste no fato de que, enquanto os primeiros reconhecem ou rejeitam um objeto, as representações apenas representam-no. Ademais, os juízos julgam sobre a existência de seus objetos enquanto as representações nada dizem sobre o *status* existencial dos objetos representados (cf. HANNIBALSSON, 1973, p. 30).

2.3.1 A ambiguidade do termo “representado”

Para Twardowski, a expressão “o representado” (*Das Vorgestellte*), assim como “representação” (*Vorstellung*), é ambígua e, devido à imperfeição da linguagem, pode conduzir a equívocos. Estes ocorrem pelo fato de que o termo “o representado” pode significar tanto o conteúdo como, também, o objeto de representação. De acordo com Twardowski, este equívoco não teria sido percebido por muitos estudiosos; ele se propõe, então, a esclarecer o que vem a ser “objeto imanente” e “objeto representado” na

⁷¹ “Na afirmação da existência de A, A já é reconhecido; através da negação da existência de A, A também é negado. (...) E, entretanto, pelo reconhecimento de A, a sua existência parece ser reconhecida e, pela negação da existência de A, A também parece ser negado.” (ZL, 2011, p. 277)

tese de Brentano, corrigindo-a, e, portanto, diferenciando conteúdo de objeto. Para demonstrar isto, nosso filósofo vai utilizar-se de um recurso da própria linguagem, o qual possibilita esclarecer os sentidos do termo *Das Vorsgestellte*. A diferença de significação deste termo pode ser fornecida pela relação entre o que Twardowski chama de adjetivos (*Beiwörtern*) atributivos ou determinantes e os adjetivos modificantes (cf. ZL, § 4, p. 12)⁷².

Os adjetivos determinantes (*determinierend*) são aqueles que completam ou aumentam o significado do termo que ele acompanha ou de uma expressão, numa direção positiva ou negativa. São exemplos deste tipo de adjetivos: “homem bom” e “homem preguiçoso”. Os adjetivos “bom” e “preguiçoso” são determinações de “homem”, estão acrescentando algo a ele ou, para usar as palavras de Twardowski, são “verdadeiramente atributivos (*wahrhaft attributive*)” (ZL, p. 13). Por outro lado, os adjetivos modificantes (*modifizierend*) modificam, alteram o sentido original dos nomes que acompanham. Ocorre uma transformação do significado de uma expressão. Os exemplos que o próprio Twardowski cita são: “homem morto”; “falso amigo” e “falso diamante”. Neste caso, os adjetivos (“morto” e “falso”) funcionam como modificantes, pois alteram o sentido das expressões ou dos nomes, de modo que um homem morto não é um homem, um falso amigo não é um amigo e tampouco um falso diamante é um diamante. Além disso – e não menos importante, principalmente porque Twardowski irá utilizar tal exemplo para proceder à diferenciação de conteúdo e objeto –, pode acontecer que o mesmo adjetivo seja usado ora como determinante, ora como modificante. Este é o caso, por exemplo, do adjetivo “falso” que funciona como modificante no

⁷² De acordo com Albertazzi, Twardowski utilizou-se da distinção entre adjetivos determinantes e modificantes que já se encontrava em Marty e também em Brentano (1993, p. 18).

caso de “diamante falso” e funciona como determinante no caso de “um juízo falso” ou “um homem falso (desleal)”. Apesar de sutil, este emprego de Twardowski será fundamental para entendermos os sentidos e a ambiguidade do termo “representado”.

A partir disso, Twardowski afirma que essa classificação vale para a expressão “ser ‘representado’”. Precisamos atentar, então, para três expressões que aparecem em *Zur Lehre*, que são: a) objeto representado (ZL, p. 14); b) conteúdo representado (ZL, p. 14); e c) objeto “representado” ou “o objeto que é representado” (ZL, p. 15). No primeiro caso, o adjetivo “representado” funciona como modificante, pois “objeto representado” não significa outra coisa senão o próprio conteúdo de representação. Podemos ir além desta afirmação de Twardowski e dizer que, em “objeto imanente”, o adjetivo “imanente” funciona como modificador e, assim, “objeto imanente” também significa conteúdo de representação⁷³. A inversa também é válida, ou seja, um conteúdo só pode ser objeto em um sentido modificado, isto é, não é um objeto no todo (cf. CAVALLIN, 1997, p. 122). No segundo caso, o adjetivo “representado” funciona como determinante, pois a expressão “conteúdo representado” significa que um conteúdo é representado numa representação, ou seja, é um conteúdo verdadeiramente. O adjetivo determinou ou acrescentou algo ao termo conteúdo. Finalmente, no terceiro caso, o adjetivo “representado” funciona não como modificante, mas como determinante, pois na expressão “objeto representado” ou “objeto que é representado”, o que se quer dizer é que o objeto está em uma relação inteiramente determinada com

⁷³ “Sobre a consideração de Twardowski, um ‘objeto imanente’ não é classe de objeto no todo; é um conteúdo. Nestes casos as palavras ‘representado’ e ‘imanente’ funcionam como adjetivos modificantes.” (HICKERSON, 2007, p. 48)

um ser (*Wesen*) conhecedor⁷⁴ e, portanto, é algo totalmente diferente do conteúdo ou do “objeto representado ou imanente”. Neste caso, o adjetivo “representado”, para o mesmo nome, teve uma dupla função, pois funcionou ora como determinante, ora como modificante, como no caso do adjetivo “falso” nos exemplos citados anteriormente.

Para esclarecer estas funções dos adjetivos modificantes e determinantes, Twardowski apresenta um exemplo. A analogia é entre o ato (de um pintor) de pintar um quadro e o ato de representar. No primeiro, temos: 1) o ato de pintar um quadro; 2) o quadro (*Bild*) pintado – figura de alguma paisagem, por exemplo; e 3) a paisagem (*Landschaft*) pintada – aquilo que o quadro retrata. A ação de pintar se dirige a dois objetos: o quadro pintado e a paisagem pintada, mas o resultado é único, pois o “quadro pintado” e a “paisagem pintada” são o mesmo. Os dois são o mesmo porque o adjetivo “pintado” para “quadro pintado” funciona como determinante, já que ele é pintado e não burilado, gravado ou feito de qualquer outra forma, e no caso de “paisagem pintada” o adjetivo é modificador, visto que uma paisagem pintada não é uma paisagem⁷⁵.

⁷⁴ “Wenn vom Gegenstand in diesem letzteren Sinne gesagt wird, er werde vorgestellt, so wird dadurch die Bedeutung des Wortes Gegenstand keinesfalls modifiziert; ‘der Gegenstand wird vorgestellt’ besagt dann nur, dass ein Gegenstand zu einem vorstellungsfähigen Wesen in eine ganz bestimmte Beziehung getreten sei. Dadurch hat er aber nicht aufgehört, Gegenstand zu sein.” (ZL, p. 15)

⁷⁵ “A palavra ‘pintada’ joga, portanto, um duplo papel. Se ela é empregada para o quadro ela aparece, então, como uma determinação; ela determina um pouco mais a constituição do quadro, uma vez que este é um quadro pintado e não burilado, gravado, produzido por xilografia ou fototipia etc. Se, ao contrário, diz-se da paisagem que é pintada, a classificação ‘pintada’ aparece como modificadora; pois, a paisagem pintada não é precisamente uma paisagem, mas uma superfície de tecido tratada pelo

No entanto, o quadro, apresenta uma paisagem verdadeira que foi pintada pelo pintor, a qual, pelo fato de ter sido pintada, não deixa de ser uma paisagem. Assim, esta paisagem pintada poderia entrar em uma relação de semelhança com um quadro de uma exposição (de um pintor X), por exemplo. Mas, quando eu me refiro a esta paisagem pintada, eu não me refiro ao quadro da exposição pintado pelo pintor X, mas, sim, à paisagem mesma real (*wirklichen*). Desta forma, o adjetivo “pintada” funciona como determinante, e não mais como modificante.

Esse exemplo de Twardowski é muito rico em seus detalhes. O que queremos observar, de imediato, é que o verbo “representar” corresponde, de modo semelhante, ao verbo “pintar”, ou seja, há um duplo “objeto” no ato de representar: um objeto que é representado e um conteúdo que é representado. Twardowski compara o conteúdo com a imagem (*Bild*) e o objeto com a paisagem (*Landschaft*). O ato de representar move-se em uma dupla direção, mas o resultado é único. Isto quer dizer que “objeto representado” e “conteúdo representado” são um só. Porém, a expressão “objeto representado” é ambígua, porque o adjetivo “representado” funciona, num primeiro momento, como modificante, e num segundo momento como determinante.

Quando se fala de “objetos representados”, pode-se então significar dois tipos de coisas. Um objeto é “representado” pode querer dizer que um objeto, além das muitas outras relações nas quais ele se encontra ligado a outros objetos, participa também de uma relação determinada, como um dos dois membros

pintor segundo determinadas leis do colorido e da perspectiva; a paisagem pintada não é uma paisagem, mas um quadro.” (ZL, 2011, pp. 282-3)

desta, com um ser conhecedor. Nesse sentido, o objeto representado é um objeto verdadeiro exatamente tanto quanto o objeto extenso, perdido etc. Mas, num outro sentido, o objeto representado significa o contrário de um objeto verdadeiro; aí o objeto representado não é mais um objeto, mas o conteúdo de uma representação e qualquer coisa inteiramente diferente de um objeto verdadeiro. (ZL, 2011, p. 285)

O que é julgado é o objeto representado no sentido de conteúdo, afinal, para podermos reconhecê-lo ou rejeitá-lo, é necessário que seja representado. Só julgamos aquilo que representamos, o que não pode ser representado não pode ser julgado. Não é o objeto representado no sentido de objeto (determinante) que temos em vista quando reconhecemos ou rejeitamos algo, mas sim o conteúdo.

2.3.2 O problema das representações sem objeto

Do que foi dito até aqui, podemos considerar: a) o ponto de partida de Twardowski é a tese brentaniana de que em uma representação algo é representado como objeto; b) a partir disto, o filósofo polonês propõe uma distinção entre conteúdo e objeto que não aparece em Brentano⁷⁶; e disto resulta que c) conteúdo e objeto possuem uma diferença real (*realer*), e não meramente lógica (*logischer*); d) todo ato tem um conteúdo e um objeto; e e) todo fenômeno psíquico possui necessariamente: ato, conteúdo e objeto (cf. PORTA, 2007, pp. 262-3).

⁷⁶ E, portanto, Twardowski acha que está corrigindo a tese brentaniana.

Para entendermos o que se afirma em “c”, precisamos abordar um problema enfrentado por Twardowski que poderia ser um argumento contra sua distinção entre conteúdo e objeto.

Se o que se afirma em “d” é verdade, ou seja, se em todo ato há sempre um conteúdo e um objeto representado, como explicar, então, a afirmação de Bolzano de que há representações sem objeto⁷⁷? Reinterpretando a tese de Bolzano em uma perspectiva psicológica (brentaniana), Twardowski vê nesta uma contradição com a teoria de Brentano de que algo está dado como objeto a todo ato. A saída de Twardowski poderia ter sido (seguindo o caminho de Frege e Husserl) a de aceitar – a partir da distinção entre conteúdo e objeto – que há representações sem objeto, mas isto não ocorre (cf. PORTA, 2007, pp. 263-4). O que ele faz é apresentar argumentos contra esta tese,

⁷⁷ Não poderemos tratar aqui detidamente as teses bolzanianas, mas apenas abordá-las a partir da leitura de Twardowski. Algumas observações sobre esta leitura e sobre o problema que Twardowski encontrou podem ser importantes neste momento. De acordo com Mario Porta (2007, p. 178), Twardowski identifica erroneamente sua noção de conteúdo com a noção de “representação em si” (*Vorstellung an sich*) de Bolzano, e disto resulta outro problema quando contrapõe a tese de Bolzano (de que há representações sem objeto – tese semântica) com a de Brentano (de que todo ato possui um objeto – tese psicológica), sendo que as duas não estão em contradição, necessariamente. De qualquer maneira, o que Twardowski fez foi transportar esta tese para o plano psicológico, o que não deixa de ser um problema para sua teoria. Notável, de acordo com Arianna Betti (2011, pp. 9-10), é o fato de que nenhum brentaniano tinha percebido plenamente as implicações de reinterpretar a teoria bolzaniana na perspectiva da teoria Brentano. “Nor had anyone among the Brentanians devoted any in-depth study to the issue, although the differences between Bolzano’s and Brentano’s theories are such that reworking the distinction in a Brentanian framework raises philosophical problems that are by no means trivial.” (2011, p. 9)

segundo, portanto, outro caminho, o que nos leva a concluir que Twardowski não quer abandonar a tese inicial de Brentano. Por um lado, se há representações nas quais o objeto não existe, por outro, não há representações sem objeto correspondente.

Para Twardowski, mesmo aqueles que fazem a distinção entre conteúdo e objeto (como Kerry, Höfler e, principalmente, Bolzano [(cf. ZL, pp. 20-1)]) acreditam não poder fazer tal distinção em alguns casos em que, supostamente, não há objetos correspondentes às representações. Alguns exemplos de representações deste tipo são: nada, quadrado redondo, virtude verde, montanha de ouro. Twardowski classifica estas representações em três tipos: 1) representações que envolvem a negação de todo objeto (como a representação “nada”); 2) representações que possuem propriedades contraditórias (exemplo: círculo quadrado); e 3) representações às quais nenhum objeto corresponde na experiência (exemplos: montanha de ouro, centauro).

Vejamos, agora, os argumentos de Twardowski para rechaçar cada uma dessas classes das chamadas representações sem objetos.

Sobre o primeiro tipo, a expressão “nada” não expressa nenhuma representação. Trata-se de um termo sincategoremático e que foi tomado por Bolzano como um termo categoremático. Se a expressão “nada” é sincategoremática, então ela não é efetivamente um nome, e se ela não é um nome, então ela nada nomeia e, portanto, nada representa. Assim, o argumento retirado da expressão “nada” para a existência de representações sem objeto se dilui (cf. ZL, p. 23).

O raciocínio de Twardowski contra o segundo tipo de representações sem objeto – aquelas que possuem propriedades contraditórias – é o ponto central de sua distinção. É neste que ele apresenta as principais teses a favor de uma distinção real (*realer*) entre conteúdo e objeto.

Podemos sistematizar sua argumentação nos seguintes pontos:

1. nestas representações também ocorrem as três funções do nome (ZL, p. 23);
2. o conteúdo sempre existe e o objeto pode ou não existir (ZL, p. 24). E disto resulta:
3. as propriedades contraditórias dizem respeito ao objeto, e não ao conteúdo (ZL, p. 24);
4. o objeto é o que é rejeitado no juízo (ZL, p. 24);
5. a existência do objeto é diferente do seu ser representado (ZL, p. 24, 25). E disto resulta:
6. o objeto possui existência modificada (ZL, p. 25).

Quando enunciamos a expressão “círculo quadrado”, informamos que há em nós um ato de representar, um conteúdo que é a significação do nome e também algo que é nomeado (a saber: algo que possui as propriedades contraditórias de ser círculo e ser quadrado) e cuja existência se nega no juízo (ZL, p. 23). Entretanto, algo é nomeado mesmo se não existe, e ainda assim é distinto do conteúdo de representação. Esta distinção é baseada no fato de que o conteúdo existe e o objeto que é nomeado (neste caso) não existe. As propriedades contraditórias são atribuídas ao objeto, que não existe, e que é impossível, e não ao conteúdo de representação, pois, se fosse assim, o conteúdo não existiria. Quando atribuímos as propriedades de ser círculo e de ser quadrado ao “representado”, não atribuímos no sentido modificante do adjetivo, mas no sentido determinante. Sendo assim, o que é rejeitado no juízo é o objeto de representação, e não o conteúdo. “Pois apenas enquanto objeto de representação o quadrado de ângulos

oblíquos pode ser rejeitado; o que é rejeitado é o que é nomeado pelo nome; quadrado oblíquo.” (ZL, 2011, p. 295)

Segundo Twardowski quem defende a existência de representação sem objeto faz uma confusão entre a não existência de um objeto de representação com o seu não ser representado. O fato de que o objeto da representação não exista não significa que ele não “seja” de alguma forma (cf. PORTA, 2007, p. 266), isto é, que ele “exista” enquanto representado. Para cada representação um objeto é representado, quer ele exista ou não; se é correto afirmar que certos objetos de representações não existem, não é correto afirmar que para certas representações não há objetos correspondentes⁷⁸.

Uma objeção poderia ser levantada dizendo que, com isto, os limites entre existência e não-existência são apagados, já que se sustenta que em tais casos o objeto não existe, mas se ele é representado, então ele existe enquanto representado. Twardowski, mais uma vez, recorre à noção de adjetivos modificantes e a aplica a este caso: dizer que o objeto existe enquanto representado significa dizer que a existência deste objeto é modificada, ou seja, não é uma existência genuína. *O objeto existe* significa, aqui, que ele é meramente representado. Longe de apagar o limite entre existência e não-existência, este desdobramento oferece

⁷⁸ “Die von den Vertretern gegenstandsloser Vorstellungen begangene Verwechslung besteht darin, dass sie die Nichtexistenz eines Vorstellungsgegenstandes für das Nicht-Vorgestelltwerden desselben hielten. Nun wird aber durch jede Vorstellung ein Gegenstand vorgestellt, mag er existieren oder nicht, ebenso wie jeder Name einen Gegenstand nennt, ohne Rücksicht darauf, ob dieser existiert oder nicht. War man also auch im Recht, wenn man behauptete, die Gegenstände gewisser Vorstellungen existieren nicht, so sagte man doch zu viel, wenn man behauptete, unter solche Vorstellungen falle kein Gegenstand, solche Vorstellungen hätten keinen Gegenstand, sie seien gegenstandslose Vorstellungen.” (ZL, p. 24)

uma noção clara dele, sendo que não se deve confundir a existência real (*wirklichen*), efetiva, do objeto com sua existência fenomenal, intencional⁷⁹.

Por fim, no último caso de representações sem objeto – aquelas que não têm nenhum objeto correspondente na experiência –, o argumento é similar ao anterior, acrescentando-se, ainda, outra distinção, entre objetos possíveis e impossíveis. Todo objeto existente é possível, mas nem todo objeto possível é existente (cf. PORTA, 2007, p. 265). Embora a existência de uma montanha de ouro não seja impossível, a sua existência de fato não é dada na experiência. O objeto pode, então, ser possível e não existente e, neste caso, não há exceção à regra, ele continua sendo diferente do conteúdo.

A conclusão de Twardowski sobre as “representações sem objeto” é de que esta expressão possui uma contradição interna, pois não há representações que não representem algo como objeto, mas há, ao contrário, numerosas representações cujo objeto não existe. Assim, a relação entre o ato de representação e o objeto representado é independente da existência ou não do objeto.

⁷⁹ “Wer so argumentiert, übersieht, dass wenn etwas als Vorgestelltes im Sinne des Vorstellungsgegenstandes ‘existiert’, ddiese seine Existenz keine eigentliche Existenz ist. Durch den Zusatz: als Vorstellungsgegenstand, wird die Bedeutung des Ausdruckes Existenz modifiziert; etwas als Vorstellungsgegenstand Existierendes existiert in Wahrheit gar nicht, sondern wird nur vorgestellt. Der wirklichen Existenz eines Gegenstandes, wie sie den Inhalt eines aner kennenden Urteils bildet, steht die phaenomenale, intentionale Existenz dieses Gegenstandes gegenüber; sie besteht einzig und allein in dem Vorgestelltwerden.” (ZL, pp. 24-5)

2.4 A diferença entre conteúdo e objeto de representação

O caminho que percorremos até aqui foi o seguinte: primeiro, Twardowski propõe uma distinção entre conteúdo e objeto, na qual o conteúdo exerce uma função de mediação; segundo, esta distinção possui uma contraparte linguística, com instâncias mediadoras entre nome e nomeado; terceiro, há, assim, uma tripla distinção do fenômeno psíquico: ato, conteúdo e objeto; quarto, esta distinção pode ser evidenciada a partir da ambiguidade do termo “o representado”; por último, há uma diferença real (*realer*) entre conteúdo e objeto e, para isso, as representações sem objeto devem ser rechaçadas. Os próximos passos devem ser, portanto, a apresentação dos argumentos para a diferença entre conteúdo e objeto e a constituição de uma teoria sobre o objeto.

2.4.1 Os argumentos para diferenciar conteúdo de objeto

Por que, contudo, Twardowski afirma que a diferença entre conteúdo e objeto é real, e não meramente lógica? Para casos em que o objeto de representação existe, tal distinção é fácil de ser aceita⁸⁰, porém, no que diz respeito às representações sem objeto, alguém poderia objetar que tal diferença não é real (*realer*), mas meramente lógica (*logischer*), e que os dois são, em realidade, um só, separados apenas por abstração, sob um duplo ponto de vista no qual ora aparece como conteúdo, ora aparece como objeto⁸¹. Rejeitando esta alternativa, Twardowski apresenta

⁸⁰ “Wer sagt: Die Sonne existiert, meint offenbar nicht den Inhalt seiner Vorstellung von der Sonne, sondern etwas von diesem Inhalt toto genere Verschiedenes.” (ZL, p. 29)

⁸¹ “Nicht so einfach verhält es sich mit den Vorstellungen, deren Gegenstände nicht existieren. Leicht könnte hier Einer der

um raciocínio que visa a diferenciar conteúdo e objeto mesmo no caso em que o objeto não exista. Em outras palavras, os argumentos devem valer tanto para quando o objeto existe quanto para quando não existe.

São quatro os argumentos apresentados, sendo que o último é rejeitado pelo próprio Twardowski. Os três principais são:

- 1) o conteúdo existe, ao passo que o objeto pode ou não existir. Se conteúdo e objeto fossem a mesma coisa, então não seria possível que um existisse e o outro, ao mesmo tempo, não existisse (ZL, § 6);
- 2) o conteúdo nunca é real e o objeto pode ou não ser real (ZL, § 6);
- 3) existem representações equivalentes (*Wechselvorstellungen*), aquelas que possuem a mesma extensão, mas distintos conteúdos (ZL, § 6).

Através do juízo⁸², nega-se um objeto, mas, para isto, deve-se, entretanto, representar este objeto que é julgado como rejeitável e representado por um conteúdo correspondente. O conteúdo existe, mas o objeto não existe, pois o que é rejeitado por um juízo negativo verdadeiro é o objeto mesmo, e não o conteúdo.

No segundo argumento mostra-se que as propriedades do conteúdo são diferentes das do objeto. O ato é

Ansicht sein, in diesem Falle bestehe zwischen Inhalt und Gegenstand kein realer, sondern blos ein logischer Unterschied; Inhalt und Gegenstand seien in diesem Falle in Wahrheit Eines; nur der doppelte Gesichtspunkt, unter welchem man dieses Eine betrachten könne, lasse es bald als Inhalt, bald als Gegenstand erscheinen." (ZL, p. 29)

⁸² Ou seja, a "teoria idiogenética (*idiogenetischen*) do juízo", que coloca a essência do juízo no reconhecimento ou rejeição de um objeto (cf. ZL, p. 28).

sempre real, ao passo que ao conteúdo sempre falta a realidade e o objeto pode ou não ser real. Quando representamos uma “montanha de ouro”, o objeto mesmo que é representado possui propriedades estranhas ao seu conteúdo, ou seja, uma montanha de ouro possui a propriedade de ser montanha (especialmente estendida), de ser de ouro e de ser maior ou menor do que outras montanhas. As propriedades e relações de grandeza não se aplicam ao conteúdo, mas sim ao objeto representado, mesmo que este não exista ou seja impossível⁸³.

As representações equivalentes são outra prova de que conteúdo é diferente de objeto, pois, quando se representa a “cidade romana Juvavum” e o “lugar de nascimento de Mozart”, pensa-se em duas coisas distintas, nas quais, no primeiro caso, aparecem partes constitutivas representações de romanos, de um lugar antigo etc., enquanto que, no segundo caso, aparecem como partes constitutivas representações de um compositor, de uma relação que ele mantém com sua cidade natal. Assim, os dois conteúdos se referem a um único e mesmo objeto: um determinado lugar (cidade). O objeto de representação é o mesmo, o que é diferente é o seu conteúdo. O mesmo critério vale para as representações cujo objeto não existe e para aquelas cujo objeto é contraditório.

Um quarto argumento, apresentado inicialmente por Kerry, acaba sendo rejeitado pelo próprio Twardowski. Diz que há representações às quais corresponde uma pluralidade de objetos que são representados por um

⁸³ “O conteúdo da representação de um quadrado com ângulos oblíquos não tem ângulos oblíquos e nem a forma quadrada; mas é o quadrado com ângulos oblíquos mesmo que é o objeto desta representação.” (ZL, 2011, p. 303) Ao descrever o objeto de representação, Twardowski explicita o termo “real”, como veremos. Entretanto, Twardowski não dá mais explicações sobre a não realidade do conteúdo. Junto com o ato, o conteúdo constitui um todo real, mas ele mesmo nunca é real.

único conteúdo (são chamadas representações gerais). A pressuposição de Twardowski é de que não há representações deste tipo (ZL, p. 102), de forma que, quando falamos em representações gerais, seu correspondente são os objetos gerais que possuem um grupo de constituintes comuns a vários objetos (ZL, p. 105): “este grupo de constituintes é representado como pertencente conjuntamente a um todo; este é o objeto da representação geral” (ZL, p. 105). Dizer que todo ato possui um objeto significa que possui um e somente um, mesmo no caso das representações gerais nas quais um objeto específico é referido: “o que é representado através da representação geral é um objeto que é especificamente peculiar a esta” (ZL, p. 109), e que não deve ser confundido com os objetos das representações individuais⁸⁴.

2.5 O *status* ontológico do ato, conteúdo e objeto de representação

Ao propor a tripla distinção do fenômeno psíquico em ato, conteúdo e objeto, Twardowski precisa determinar qual é o *status* ontológico de cada um destes conceitos. Com tal objetivo ele introduz outras distinções necessárias para a compreensão destes três fenômenos.

2.5.1 Diferença entre: ser, existência, realidade e coisa

A diferenciação destes conceitos é importante não somente para definir o estatuto dos fenômenos psíquicos,

⁸⁴ Há uma sutil diferença nesta consideração de Twardowski entre “objeto geral” e “objeto em geral”: objeto geral é o objeto da respectiva representação geral e, portanto, seguindo uma distinção kantiana, é comparável ao conceito; já o objeto em geral é a forma de “ser um objeto” de representação (cf. POLI, 1996, p. 221, nota n. 40).

mas, principalmente, para estabelecer uma teoria sobre o objeto de representação. De fato, Twardowski apresenta a noção destes conceitos ao descrever o objeto (ZL, § 7, p. 34). Tais teses já estão presentes, entretanto, ao longo das considerações que foram feitas sobre as representações sem objeto e sobre os argumentos para a distinção entre conteúdo e objeto. Resta, agora, organizar tais informações⁸⁵ a partir de uma perspectiva que se localiza nas fronteiras entre psicologia e metafísica.

Apesar de Twardowski afirmar que a realidade (*Realität*) de um objeto não pode ser descrita com palavras, ele dá exemplos de objetos reais e não reais. Objetos tais como: som estridente, árvore, tristeza e movimento são tidos como reais, ao passo que outros, como falta, ausência e possibilidade, são tidos como não-reais (ZL, p. 36)⁸⁶.

Existência (*Existenz*) é diferente de realidade. A realidade não implica existência, um objeto pode não existir e ser real ou não-real. “A existência de um objeto não tem nada a ver com a sua realidade. Sem considerar se um objeto existe ou não, diz-se dele que ele é alguma coisa de real ou não.” (ZL, 2011, p. 309)⁸⁷ Em outras palavras, um objeto não real (assim como um objeto real) pode tanto existir quanto não existir.

Existe uma diferença essencial entre “Ser” (*Sein*) e existência. Algo (*etwas*) pode “ser” em algum sentido, mas não possuir existência; sendo assim, o “Ser” é anterior à e

⁸⁵ Esta organização é emprestada da leitura de Mario Porta sobre o assunto (cf. 2007, pp. 264-8).

⁸⁶ No próximo capítulo abordaremos os problemas envolvidos nas considerações de Twardowski sobre realidade (*Realität*), existência (*Existenz*) e possibilidade (*Möglichkeit*).

⁸⁷ “Mit der Existenz eines Gegenstandes hat die Realität desselben nichts zu schaffen. Ohne Rücksicht darauf, ob ein Gegenstand existiert oder nicht, wird von ihm gesagt, er sei etwas Reales oder nicht.” (ZL, p. 36)

independente da existência. “Tudo o que existe é, mas nem tudo o que é existe.” (PORTA, 2007, pp. 264-5)

Destas distinções pode-se estabelecer o *status* do ato, do conteúdo e do objeto.

Ato

Apesar de Twardowski não estar interessado nos atos em si mesmos, concebe que são, por definição, psicológicos. Assim, o ato existe, “é” e sempre é real.

Conteúdo

Conteúdos sempre existem e são, porém nunca são reais.

Objeto

O objeto sempre “é”, porém pode ou não existir e pode ou não ser real.

O que há de comum entre eles é que atos, conteúdo e objetos sempre são e atos e conteúdos sempre existem (cf. PORTA, 2007, p. 265).

Olhemos detidamente agora a teoria do objeto de Twardowski.

2.5.2 A noção de objeto

Ao dizer que o objeto de representação é tudo o que é, e tudo o que é é algo, expõe-se uma tese metafísica. Para Twardowski (ZL, p. 37), este é o ponto em que a discussão psicológica passa a ser uma questão metafísica, identificando sua noção de objeto com a de *ens* da filosofia medieval e a de *on* aristotélico. A metafísica, para Twardowski, a ciência do ser enquanto tal⁸⁸ (*Seienden als*

⁸⁸ “‘Metafísica’ é a ciência do ‘ser enquanto ser’, isto é, ela não se ocupa nem com um tipo particular de existente, nem com o existente enquanto tal, senão que estuda o ser (o ‘algo’) independentemente de se existe ou não.” (PORTA, 2007, p. 265)

solchem), investiga as leis a que os objetos em geral obedecem, ou seja, é a ciência do objeto em geral (cf. ZL, p. 39)⁸⁹.

Sobre o objeto, podemos dizer então que:

1. é tudo o que é representado por uma representação, reconhecido ou rejeitado por um juízo, desejado ou detestado por uma atividade afetiva (ZL, pp. 38; 40);
2. objetos podem ser: reais ou não reais, possíveis ou impossíveis e existentes ou não-existentes (ZL, pp. 39; 40);
3. podem ser objetos (não os intencionais) de atos psíquicos (ZL, pp. 37; 40);
4. objeto é tudo aquilo que pode ser designado por um nome (ZL, pp. 37; 40);
5. ele é um *summum genus* ou “algo” (*etwas*) (ZL, pp. 38; 40).

Considerando as três últimas teses que enumeramos (sendo que a primeira nada mais é do que uma extensão da terceira e a segunda está diretamente relacionada à quinta), podemos perceber que, para o estabelecimento de uma teoria do objeto em diferenciação com o conteúdo, Twardowski transita entre três perspectivas filosóficas: linguística, ontológica e psicológica. Enquanto a terceira tese é psicológica (sob a influência, principalmente, de Brentano), a quarta é linguística (tendo John Stuart Mill como referência), e a quinta, por sua vez, é ontológica (sob ascendência de Aristóteles e da filosofia medieval, como citado pelo próprio Twardowski).

⁸⁹ Veja-se que a expressão usada aqui é “objeto em geral” (*Gegenständen überhaupt*), e não “objeto geral” (*allgemeinen Gegenstand*). De acordo com Mario Porta (2007, pp. 265-6), Twardowski não está dizendo nada de novo em relação a isto, senão partindo de toda uma tradição da ontologia como ciência do objeto em geral, desenvolvida por Wollf na Alemanha.

Levando em consideração a segunda tese e o fato de a realidade do objeto ser diferente de sua existência, podemos dividir os objetos em cinco tipos:

- a) objeto existente, real e possível (ex.: “uma árvore que eu vejo”);
- b) objeto existente, não-real e possível (ex.: juízos tais como: “existe a possibilidade de que isto ou aquilo aconteça”);
- c) objeto não-existente, real e possível (do qual o filósofo não fornece exemplos)
- d) objeto não-existente, não-real e possível (ex.: “montanha de ouro”);
- e) objeto não-existente, não-real e impossível (ex.: “quadrado redondo”).

2.5.3 Objeto, fenômeno e coisa em si

Como vimos anteriormente, o objeto é aquilo que “é” ou é “algo” e, assim, tudo o que é é representado. Entretanto, Twardowski afirma também que o objeto possui uma existência intencional ou fenomenal e não pode ser reduzido à “coisa em si”⁹⁰. À primeira vista, esta afirmação parece ser contraditória e abre espaço para interpretações divergentes sobre Twardowski: é ele um fenomenalista ou

⁹⁰ Por existência fenomenal ou intencional Twardowski entende o ser-representado (ZL, p. 25), que é diferente da “coisa em si”, que significa o ser “transcendente” independente do ato, ou, em suas palavras, aquela causa não conhecida que afeta nossos sentidos (ZL, pp. 35; 37). “Danach ist der Gegenstand der Vorstellungen, Urteile und Gefühle, sowie Wollungen, etwas vom Ding an sich Verschiedenes, falls unter demselben die unbekannte Ursache dessen verstanden wird, was unsere Sinne affiziert. In dieser Hinsicht deckt sich die Bedeutung des Wortes Gegenstand mit jener des Ausdrucks ‘Phaenomen’ oder ‘Erscheinung’.” (ZL, p. 35)

antifenomenalista? De acordo com Hannibalsson (1973, p. 40), da posição de Twardowski o caminho tem partido em duas direções: a) de um lado, os realistas fenomenológicos (Scheler, Ingarden) distinguem objetos ideais e reais, que podem existir independentemente da representação, e objetos intencionais, que são somente representados; e b) por outro, os idealistas fenomenológicos que, mais proximamente de Twardowski, afirmam que todos os objetos representados são representados, ou seja, intencionais.

De qualquer forma, Porta (2007, p. 267) tem uma posição bem esclarecedora a respeito disto. Longe de uma mera oposição entre fenômeno e coisa em si, o problema parece ser outro. Os conceitos “imanência” e “transcendência” devem ser entendidos a partir de outra perspectiva, sendo que a tese de Twardowski não é a de que os objetos não são coisas em si, mas que, mesmo quando não o forem, continuam sendo algo diferente do ato. Em outras palavras, mesmo que o objeto não seja uma coisa em si, ele continua sendo fenômeno e, portanto, representado e diferente do ato de representação. Se este não fosse o caso, o ato deixaria de ter objeto e o ponto de partida de Twardowski cairia por terra. Isto significa que a tese de Twardowski é ontologicamente neutra (cf. PORTA, 2007, p. 268; HANNIBALSSON, 1973, pp. 40-1), como se suspendesse toda crença em causas externas e na existência do mundo. O objeto é “transcendente” ao ato no sentido de que ele é diferente deste, sendo que, por isto mesmo, não é imanente. Dizer que o objeto não é imanente significa que ele não é parte do ato de representação, mas nem por isso ele possui existência transcendente. A importante consideração de Porta (2007) dá conta de que transcendência e imanência são termos relativos e, por isso, devemos pensá-los em relação à existência e ao ser, já que há uma diferença entre eles. Assim, o objeto é transcendente ao ato, não no sentido de que existe independentemente dele, mas no de que ele “é” algo diferente daquele. Dizer que o objeto é

independente da representação significa, meramente, que ele é algo diferente do ato. “Este ser-independente da representação se deve ao objeto ao seu ser-algo; o ser-algo não é uma propriedade que lhe é concedida por ser objeto do ato, senão que, pelo contrário, ele é objeto do ato porque é algo.” (PORTA, 2007, p. 268)

Outro ponto importante sobre a teoria do objeto de Twardowski, relacionado ao que acabamos de dizer, é que ele defende uma externalidade da essência com respeito à existência (cf. PORTA, 2007, p. 265)⁹¹ e uma independência da primeira com relação à segunda. A existência é “adicionada” à essência, na medida em que, em última instância, objetos são identificados com essência e podem existir ou não existir, mas sempre “são”. Ao objeto, além de sua propriedade de ser representado, é adicionada a existência para alguns e não para outros. A essência (o objeto representado) não implica a existência. A existência é sempre adicionada ao objeto de representação e é o conteúdo do fenômeno psíquico do julgamento⁹².

Sobre os objetos de representação, podemos concluir, então, que:

1. são definitivamente não mentais;
2. não possuem existência autônoma;
3. são independentes do ato no sentido de serem representados; e
4. a existência é adicionada ao objeto.

⁹¹ Para mais detalhes sobre este assunto, cf. Cavallin (1997, pp. 96-111).

⁹² “Manchen Gegenständen kommt neben ihrer Gegenständlichkeit, neben der Beschaffenheit, vorgestellt zu werden..., auch noch die Existenz zu, anderen nicht.” (ZL, p. 37)

III ALGUNS PONTOS PROBLEMÁTICOS DAS TEORIAS DE TWARDOWSKI

Nesta seção contemplaremos, em retrospectiva, determinados aspectos da teoria de Twardowski que necessitam de esclarecimentos. Tais questões, já mencionadas ou abordadas anteriormente, não foram desenvolvidas o suficiente para compreendermos alguns pontos essenciais e problemáticos das teses twardowskianas. Os pontos retomados são: o conceito de conteúdo, mais especificamente a não realidade do conteúdo; e o conceito de realidade, em conjunto com os de existência e possibilidade.

3.1 A noção de conteúdo

No plano da intencionalidade, vimos que o conceito de conteúdo de Twardowski possui uma função de mediação entre o ato e o objeto e que esta é a principal característica de sua concepção, distinta daquela de Höfler. Todavia, se Twardowski apresenta novidades ao estabelecer a distinção entre conteúdo e objeto, a noção de conteúdo é instituída a partir de algumas dificuldades e vacilações de sua parte.

Três possíveis interpretações da noção de conteúdo de Twardowski têm sido explicitadas, de acordo com Woleński (1998, p. 32):

- 1) conteúdos são objetos imanentes;
- 2) conteúdos são imagens fotográficas;
- 3) conteúdos são representações objetivas, no sentido de Bolzano⁹³.

A primeira interpretação não é justificada, pois Twardowski nega que conteúdos sejam objetos imanentes

⁹³ Woleński cita Blaustein, que teria apresentado estas três possíveis interpretações de Twardowski (1998, p. 32).

(no sentido de Brentano e no de Höfler, como vimos no capítulo anterior). Assim, se é verdade que o conteúdo é algo imanente, juntamente com o ato de representação, não é verdade que objeto imanente seja o mesmo que conteúdo. Há ocasiões em que Twardowski assimila a sua noção de conteúdo à de “objeto imanente”. O “objeto imanente”, no sentido utilizado por nosso filósofo, diz respeito, entretanto, a quando o conteúdo se torna objeto de um segundo ato de representação. De fato, diz Twardowski: “nada impede que o conteúdo de uma representação seja concebido como o objeto de *outra* representação e, pelas investigações psicológicas, assim é mesmo necessário”⁹⁴: estas são as chamadas representações de representações (*Vorstellungsvorstellung*). Dessa forma, a diferença entre conteúdo e objeto é relativa, e não absoluta (ZL, p. 63)⁹⁵.

Alguns esclarecimentos, entretanto, precisam ser feitos sobre esta noção de Twardowski de “objeto imanente”. Segundo Porta (2007, pp. 271-7), a expressão “objeto imanente” é usada pelo filósofo polonês em dois sentidos, que ele não distingue com clareza, e que se vinculam a duas teorias, a saber: a teoria da intencionalidade e a da percepção interna. De acordo com a primeira, Twardowski

⁹⁴ “Der Unterschied zwischen Vorstellungsinhalt und Gegenstand ist kein absoluter, sondern, wie *Kerry* sich ausdrückt, ein relative. Wahr ist, dass der Inhalt einer Vorstellung nicht zugleich in demselben Sinne Gegenstand dieser Vorstellung sein kann. Nichts hinder jedoch, ja für psychologische Untersuchungen geradezu notwendig ist es, dass ein Vorstellungsinhalt als Gegenstand einer *anderen* Vorstellung vorgestellt wird.” (ZL, p. 63)

⁹⁵ Vejamos o exemplo de Twardowski (ZL, p. 64) sobre isto: no que diz respeito à representação de um cavalo, o cavalo é o objeto desta representação; no que diz respeito à representação da representação do cavalo, a representação do cavalo é o objeto, ou seja, o conteúdo da primeira representação se tornou objeto da segunda representação.

nega a existência de “objeto imanente” em termos brentanianos e o identifica ao conteúdo de representação. Não há espaço para a ideia de objeto imanente na teoria da intencionalidade de Twardowski, conforme a qual concebe o conteúdo como uma mediação entre o ato e o objeto. O segundo sentido desta expressão está relacionado à teoria da percepção interna e, nesta perspectiva, Twardowski mantém a ideia de “objeto imanente”, mas lhe estabelece um novo sentido, diferente do de Brentano e Höfler: “O que Twardowski chama de objeto ‘imanente’ (em sentido positivo) não existe nem em Höfler nem em Brentano e só tem sentido no âmbito de sua nova teoria da percepção interna” (PORTA, 2007, p. 273). O objeto não pode tornar-se conteúdo, mas o conteúdo, às vezes, pode tornar-se objeto de um segundo ato. Desta forma, só faz sentido falar em “objeto imanente” em Twardowski a partir da teoria da percepção interna, e não daquela da intencionalidade. O objeto imanente é conteúdo enquanto objeto de um segundo ato ou como correlato da percepção interna. Cabe ressaltar que conteúdo não é objeto imanente em si, mas ser objeto imanente é uma função que o conteúdo assume enquanto é apreendido pela percepção interna (cf. PORTA, 2007, pp. 272-3).

Com relação à segunda interpretação, apesar de Twardowski utilizar, às vezes, de modo infeliz, a ideia de conteúdo como imagem (*Bild*) psíquica, citando Höfler (ZL, p. 4), por outro lado, ele nega expressamente que conteúdo deva ser compreendido como imagens fotográficas. Twardowski afirma que assumir que há um tipo de semelhança fotográfica entre conteúdo e objeto é uma questão que recebe resposta negativa e que corresponde a uma psicologia primitiva⁹⁶.

⁹⁶ “Eine primitive Psychologie hatte die Antwort bereit, indem sie die Vorstellung (im Sinne des Vorstellungsinhaltes) einfach für ein psychisches Abbild des Gegenstandes erklärte und damit

A terceira interpretação também não é justificada, apesar de Twardowski identificar sua noção de conteúdo com a de “representação em si” (*Vorstellung an sich*) de Bolzano⁹⁷. De acordo com Porta (2007, p. 278), trata-se de um erro esta identificação de Twardowski, pois implica conceber as “representações em si” como instâncias psicológicas, sendo que, na verdade, não são⁹⁸.

Se nenhuma dessas interpretações é, entretanto, condizente com a noção de conteúdo de Twardowski, então, o que são conteúdos? Torna-se difícil precisá-lo, porque Twardowski não foi muito explícito em sua visão sobre este tema (cf. WOLEŃSKI, 1998, p. 33). Woleński estabelece um grupo de visões sobre conteúdo que, segundo ele, são partilhadas por Twardowski:

1. Conteúdos são partes lógicas de atos psíquicos;
2. Conteúdos não são reais em si mesmos;
3. Conteúdos são extraídos por meio de abstração;

die Frage erledigt wähnte. Nun muss gewiss eine Beziehung zwischen dem Inhalt und dem Gegenstand bestehen, kraft deren ein Gegenstand eben zu diesem bestimmten Inhalte gehört und ein Inhalt eben der einem bestimmten – und keinem anderen – Gegenstände entsprechende Inhalt ist. Ob jedoch eine Art photographischer Aehnlichkeit zwischen Inhalt und Gegenstand anzunehmen sei, scheint heute eine allgemein im verneinenden Sinne gelöste Frage zu sein.” (ZL, pp. 67-8)

⁹⁷ “Bolzano gebraucht statt des Ausdrucks ‘Inhalt einer Vorstellung’ die Bezeichnung ‘objective’ Vorstellung, ‘Vorstellung an sich’ und unterscheidet von ihr einerseits den Gegenstand, andererseits die ‘gehabte’ oder ‘subjective’ Vorstellung, worunter er den psychischen Act des Vorstellens versteht.” (ZL, p. 17)

⁹⁸ Não são apenas esses três pontos que são problemáticos no pensamento de Twardowski, mas Porta menciona também a sua identificação de conteúdo ao conceito de Kerry (2007, p. 278).

4. Conteúdos não são meras fotografias;
5. Conteúdos são termos médios entre o ato e o objeto;
6. Conteúdos são significados dos nomes (1998, pp. 32-3).

A maior parte dessas visões já foi abordada ao longo do nosso texto, por isso nos limitaremos, no que se segue, a mencionar algumas coisas sobre o que se afirma em “2” sobre o *status* do conteúdo⁹⁹.

3.2 O conceito de realidade (*Realität*)

Esta é uma das questões cruciais que rondam grande parte da obra *Zur Lehre*. Twardowski não deixa suficientemente claro o conceito de realidade (*Realität*) e isso acaba criando um desconforto na hora de precisar alguns termos.

Dando continuidade ao que acabamos de mencionar sobre o conteúdo, nota-se que há uma dificuldade em estabelecer de modo claro este conceito, principalmente no que diz respeito ao seu estatuto. Visto em retrospectiva, o conteúdo, junto com o ato, forma uma realidade psíquica (*psychische Realität*), de forma que o ato de representação sempre é real (*Reales*), enquanto ao conteúdo sempre falta a realidade (*Realität*). O objeto pode advir realidade ou não. Nesta diferente relação com a propriedade de ser real mostra-se a diferença entre conteúdo e objeto¹⁰⁰. Nota-se que a

⁹⁹ Importante ressaltar que mesmo Twardowski não sendo tão claro assim, no que diz respeito à sua visão de conteúdo, isto não desmerece as suas considerações. “Certainly, Twardowski was not quite explicit in his views on contents, but he is in a good company, because philosophical psychology did not solve this question until now.” (WOLEŃSKI, 1998, p. 33)

¹⁰⁰ “Wol bildet er mit diesem zusammen eine einzige psychische Realität, aber während der Vorstellungsact etwas Reales ist, fehlt

propriedade de ser real é o que define a diferença entre conteúdo e objeto.

Sem a pretensão de definir o conceito de realidade, algumas passagens de *Zur Lehre* nos ajudam a entender melhor o seu conceito de conteúdo: em primeiro lugar, Twardowski afirma que conteúdo de representação não possui relação de grandeza¹⁰¹; em segundo, em um trecho um pouco adiante, o filósofo argumenta que as propriedades dos objetos não existentes não podem ser aplicadas ao conteúdo, sendo que este “não é nem espacialmente estendido, nem de ouro e não é possível também que sobre ele sejam aplicados enunciados sobre relações de grandeza”¹⁰². Isto leva a crer que algo real seja espaço-temporalmente situado e submetido a relações causais (cf. PORTA, 2007, p. 264). Por outro lado, mesmo Twardowski

dem Inhalt der Vorstellung die Realität immer; dem Gegenstande kommt bald Realität zu, bald nicht. Auch in diesem verschiedenen Verhalten gegenüber der Eigenschaft, real zu sein, drückt sich der Unterschied zwischen Inhalt und Gegenstand einer Vorstellung aus.” (ZL, p. 31)

¹⁰¹ “Wer sagt, die Zahl vier sei grösser als die Zahl drei, spricht nicht von einem Verhältnis zwischen dem Inhalt der Vorstellung von drei und dem Inhalt der Vorstellung von vier. Denn zwischen Vorstellungsinhalten gibt es keine Größenrelationen. Die Relation findet vielmehr statt zwischen der ‘Zahl drei’ und der ‘Zahl vier’, beide als Vorstellungsgegenstände genommen, ohne Rücksicht darauf, ob sie existieren oder nicht, wenn sie nur durch entsprechende Vorstellungen vorgestellt werden.” (ZL, p. 27)

¹⁰² “Ein goldener Berg z. B., hat unter anderem die Eigenschaft, räumlich ausgedehnt zu sein, aus Gold zu bestehen, grosser oder kleiner zu sein als andere Berge. Diese Eigenschaften und das Größenverhältnis zu anderen Bergen kommen offenbar dem Inhalt der Vorstellung eines goldenen Berges nicht zu. Denn dieser ist weder räumlich ausgedehnt, noch von Gold, noch können auf ihn Aussagen über Größenverhältnisse Anwendung finden.” (pp. 30-1)

afirmando que ao conteúdo sempre falta a realidade (*Realität*), cabem dúvidas em concebê-lo como não real, já que ele forma, com o ato, um todo real.

3.2.1 A diferença real (*realer*) entre conteúdo e objeto

Uma das preocupações de Twardowski é esclarecer que a diferença entre conteúdo e objeto é uma diferença real (*realer*), e não meramente lógica (*logischer*). Quando o filósofo apresenta os argumentos para diferenciar conteúdo de objeto¹⁰³, observa que seria possível objetar que não há diferença entre conteúdo e objeto nas representações nas quais o objeto não existe e que esta diferença é meramente lógica. Entretanto, para Twardowski, este não é o caso, porque mesmo para essas representações devem subsistir as mesmas diferenças que podem ser mostradas no caso das representações nas quais o objeto existe. O que nosso autor pretende mostrar aqui é que a existência efetiva (*wirklichen Existenz*) de um objeto é diferente do seu ser-representado, ou seja, um objeto pode não existir e ainda assim ser representado ou possuir existência fenomenal e intencional¹⁰⁴. Assim, pode-se pensar que, por ser apenas representado (não possuindo existência efetiva), objeto e conteúdo são a mesma coisa. Mas, como foi visto, confundir conteúdo representado com objeto representado é desconsiderar as funções lógicas da expressão “o representado”.

Para Twardowski isso pode, ainda, ser evidenciado, por meio de um juízo afirmativo ou negativo, acerca da relação na qual estão conteúdo e objeto. Se conteúdo e objeto fossem diferentes um do outro de maneira não real,

¹⁰³ Ver Capítulo II, tópico 2.4.1.

¹⁰⁴ “Der wirklichen Existenz eines Gegenstandes, wie sie den Inhalt eines anerkennenden Urteils bildet, steht die phaenomenale, intentionale Existenz dieses Gegenstandes gegenüber; sie besteht einzig und allein in dem Vorgestelltwerden.” (ZL, p. 25)

mas meramente lógica, então, não seria possível que eventualmente o conteúdo existisse, enquanto o objeto, não¹⁰⁵. A questão é mais ou menos a seguinte: se o objeto não existe, e se pensamos que ele, portanto, é diferente do conteúdo apenas por abstração, as opções seriam: ou os dois existem, ou os dois não existem. Mas estas alternativas não se justificam, pois, a partir do juízo, vê-se que o que é negado é o objeto (que não existe), e não o conteúdo, que é existente. Quem faz um juízo verdadeiro negando um objeto deve, portanto, representar este objeto que é julgado, pois o objeto é sempre representado por um conteúdo correspondente. Assim, o conteúdo existe, mas o objeto não existe porque ele é o que é negado no juízo negativo verdadeiro. Desta forma, diz Twardowski: “se conteúdo e objeto fossem verdadeiramente a mesma coisa, não seria, então, possível que no mesmo instante um existisse, e o outro, não”¹⁰⁶. Outra prova – nesta perspectiva de Twardowski, de que o conteúdo pode existir, enquanto o objeto, não – pode ser oferecida pelo fato de que, se o conteúdo é parte do ato psíquico, então, ele também existe. Se há (existe) o ato de representar um quadrado redondo, por exemplo, há (existe) também um conteúdo psíquico deste ato¹⁰⁷.

Segundo Twardowski, dessa relação do juízo nós tiramos o argumento mais eficaz em favor da diferença

¹⁰⁵ “Wenn nämlich Inhalt und Gegenstand einer Vorstellung nicht in realer, sondern blos in logischer Weise von einander verschieden wären, so wäre es nicht möglich, dass der Inhalt etwa existiere, während der Gegenstand nicht existiert.” (ZL, p. 30)

¹⁰⁶ “Wären Inhalt und Gegenstand in Wahrheit dasselbe, so könnte nicht das Eine existieren und das Andere im selben Augenblicke nicht existieren.” (ZL, p. 30)

¹⁰⁷ “O conteúdo de uma representação existe na medida em que a representação existe, mas o objeto não precisa existir.” (VAN DER SCHAAR, 1996, p. 300)

real e não meramente lógica entre conteúdo e objeto¹⁰⁸. Nota-se que o que está em jogo, aqui, não é meramente a existência ou não existência do objeto de representação, mas, sim, a prova de que, mesmo nos casos em que o objeto não existe, há uma diferença real entre conteúdo e objeto. Quem afirma o contrário está confundindo a não existência efetiva (*Wirklichen*) do objeto com o seu não ser representado.

3.2.2 Objetos reais e não reais, possíveis e impossíveis

Twardowski dividiu os objetos em: existentes e não existentes, reais e não reais, possíveis e impossíveis¹⁰⁹. No que diz respeito ao segundo par de conceitos, nosso autor não define o que seja a realidade (*Realität*) de um objeto, pois “em que consiste a realidade de um objeto, isto não se pode descrever com palavras” (ZL, p. 36). Saber se o objeto – que está em oposição a nós e à nossa atividade de representação – é algo real ou não-real resta difícil de decidir caso não se esteja de acordo sobre a significação destas expressões. O que se sabe é que a existência de um objeto não tem nada que ver com a sua realidade¹¹⁰. Twardowski

¹⁰⁸ “Aus diesem Verhältniss des wahren verwerfenden Urteils zum Inhalt und Gegenstand der Vorstellung, die dem Urteil zu Grunde liegt, schöpfen wir demnach das wirksamste Argument für die reale Verschiedenheit beider.” (ZL, p. 30)

¹⁰⁹ “Die Gegenstände sind entweder real oder nicht real, sie sind entweder mögliche oder unmögliche, sie existieren oder existieren nicht.” (ZL, p. 40)

¹¹⁰ “Ob dieser Gegenstand etwas Reales oder Nichtreales sei, wird so lange schwierig zu entscheiden bleiben, als man sich über die mit diesen Ausdrücken zu verbindende Bedeutung nicht geeinigt haben wird. Mit der Existenz eines Gegenstandes hat die Realität desselben nichts zu schaffen. Ohne Rücksicht

apresenta alguns exemplos de objetos reais e objetos não-reais: “hoje a maioria concorda em que objetos tais como som estridente, árvore, tristeza, movimento, são algo real, enquanto objetos tais como falta, ausência, possibilidade (*Möglichkeit*) etc., são contados entre os objetos *não* reais” (ZL, p. 36)¹¹¹. Se a realidade (*Realität*) de um objeto não tem nada que ver com sua existência (*Existenz*), então, este pode, às vezes, existir e ser real ou não-real, e às vezes não existir e ser real ou não-real. Neste ponto Twardowski não é suficientemente claro, pois, apesar de afirmar isto, os exemplos propostos por ele não abarcam todas as possibilidades de combinações. Vejamos isto a partir do seguinte trecho:

Agora, do mesmo modo que um objeto real pode bem existir uma vez e outra não, alguma coisa não-real pode tanto existir quanto não. Juízos tais como: existe uma falta de dinheiro, ou: não existe a possibilidade (*Möglichkeit*) de que isto ou aquilo aconteça, são verdadeiros ou falsos inteiramente, independente da não-realidade do objeto reconhecido ou rejeitado por eles. (ZL, p. 36)¹¹²

darauf, ob ein Gegenstand existiert oder nicht, wird von ihm gesagt, er sei etwas Reales oder nicht.” (ZL, p. 36)

¹¹¹ “Worin nun die Realität eines Gegenstandes bestehe, last sich mit Worten nich beschreiben; aber darin sin heute wohl die Meisten miteinander einig, dass Gegenstände wie schriller Ton, Baum, Trauer, Bewegung, etwas Reales seien, während Gegenstände wie Mangel, Abwesenheit, Möglichkeit u. dgl. Den nicht realen zuzuzählen seien.” (ZL, p. 36) Para Porta: “‘real’ é toda coisa ‘concreta’, espaço-temporalmente situada, perceptível sensivelmente e submetida a relações causais” (2007, p. 264).

¹¹² “Wie nun ganz wohl ein realer Gegenstand einmal existieren kann, das anderemal nicht, so kann etwas Nichtreales auch bald existieren, bald nich. Urteile, wie: es existiert Geldmangel, oder:

Um objeto existente e não-real, de acordo com o trecho acima, seriam juízos como: “existe uma falta de dinheiro”; e um objeto não existente e não-real seriam juízos como: “não existe a possibilidade de que isto ou aquilo aconteça”. Entretanto, Twardowski não nos fornece exemplo do que seria um objeto não existente e real.

Citando Kerry, Twardowski diz, ainda, que a palavra objeto pode ser tomada aqui tanto para objetos reais quanto para objetos conceituais (*Begriffsgegenstände*), sendo que estes últimos seriam os objetos não-reais¹¹³.

Quando olhamos para outra distinção feita por Twardowski, entre os objetos possíveis e impossíveis, percebemos outra tensão entre esses conceitos.

Uma passagem de *Zur Lehre* (p. 25) nos deixa claro que objetos possíveis são aqueles que não possuem contradição interna, ou, como sempre aparece ao longo dos argumentos que objetivam rechaçar as representações sem objetos, objetos que não possuem propriedades contraditórias. Estes objetos podem ser existentes ou não-existentes. Todavia, todo objeto existente é possível, um objeto existente não pode ser impossível, mas nem todo objeto possível é existente. Neste caso, o objeto poderia existir, mas, até então, sua existência não é confirmada na experiência. Objetos impossíveis são aqueles que possuem contradição

es gibt nicht die Möglichkeit, dass dies oder jenes geschehe, sind wahr oder falsch ganz unabhängig von der Nichtrealität des durch sie anerkannten oder verworfenen Gegenstandes.” (ZL, p. 36)

¹¹³ “Auf Kerrys gegen Kant erhobenen Vorwurf erwidern wir also, dass es, das Wort Gegenstand in dem hier festgestellten Sinne genommen, gar wohl möglich sei, bald von einem realen, bald von einem Begriffsgegenstände – nicht realen Gegenstände – zu sprechen, idem die Gegenstände, gleichwie sie in existierende und nichtexistierende eingeteilt werden können, zu einem Teil etwas Reales, zum anderen Teil nicht real sind.” (ZL, p. 36)

interna ou que possuem propriedades que são contraditórias. São casos como: círculo quadrado.

Twardowski menciona que a diferença entre objetos possíveis e impossíveis se encontra no fato de que, nas representações dos primeiros, temos menos ocasiões de fazer sobre esse objeto um juízo de reconhecimento ou de rejeição (ZL, p. 26). Nas representações dos objetos impossíveis, um juízo de rejeição se estabelecerá espontaneamente. Neste se está inclinado a recusar o objeto: este objeto não existe, mas, para isso, precisa-se representá-lo¹¹⁴.

Diante das observações feitas sobre estes termos essenciais para a teoria dos objetos de Twardowski, notamos, então, que:

- a) O objeto é algo diferente do existente. O objeto não é meramente o existente, o que existe é um objeto (*ens habens actualem existentiam*). Isto significa que o existente é um objeto e é algo efetivo (*Wirklich*), atual, tem existência atual. Além da objetividade (*Gegenständlichkeit*) do

¹¹⁴ “Der Unterschied zwischen den Vorstellungen mit möglichen und solchen mit unmöglichen Gegenständen liegt darin, dass der Vorstellende im ersten Falle, nämlich wenn er Mögliches vorstellt, im Grossen und Ganzen ungleich weniger Veranlassung haben wird, über diesen innerlich widerspruchsfreien Vorstellungsgegenstand ein aner kennendes oder verwerfendes Urteil zu fällen, als in dem zweiten Falle, wo er einen unmöglichen Gegenstand vorstellt, ohne dass ihm die Unmöglichkeit desselben entgeht. In diesem zweiten Falle wird sich ganz ungerufen ein verwerfendes Urteil einstellen, welches nicht zu fällen, ziemliche Anstrengung von Seiten des den unmöglichen Gegenstand Vorstellenden kosten dürfte. Aber wenn man auch sofort geneigt ist, den Gegenstand zu verwerfen und, dieser Neigung nachgebend, das Urteil fällt: Dieser Gegenstand existiert nicht, so muss man eben, um dies Urteil fällen zu können, den Gegenstand vorstellen.” (ZL, p. 26)

- objeto, em adição a sua propriedade de ser representado, alguns têm existência, outros, não;
- b) objeto é algo que meramente poderia existir (*ens possibile*);
 - c) objeto é algo que nunca poderia existir, mas que pode apenas ser pensado (*ens rationis*); e
 - d) Objeto é tudo o que não é nada, mas que em algum sentido é “algo”¹¹⁵.

Tomando em consideração o que se afirma em “b”, parece haver uma aparente contradição naquilo que foi afirmado por Twardowski anteriormente sobre a não-realidade (*Realität*) do objeto. Se, por um lado, são exemplos de objetos não-reais “algo” (*etwas*) possível (*Möglich*) – como vimos no exemplo acima: “não existe a possibilidade de que isto ou aquilo aconteça” –, por outro lado, como é possível, então, um objeto não-existente real e possível?

A questão que se coloca é se possibilidade (*Möglichkeit*), para Twardowski, é compatível com *Realität*. Como já mencionado, Twardowski não é suficientemente claro nestas questões que levantamos aqui, portanto, nosso objetivo é apenas mostrar que há certa dificuldade na conexão entre esses termos utilizados por nosso autor.

¹¹⁵ “Der Gegenstand ist etwas anderes als das Existierende; manchen Gegenständen kommt neben ihrer Gegenständlichkeit, neben der Beschaffenheit, vorgestellt zu werden, (was der eigentliche Sinn des Wortes ‘*essentia*’ ist), auch noch die Existenz zu, anderen nicht. Sowohl was existiert, ist ein Gegenstand (*ens habens actualem existentiam*) als auch, was nur existieren könnte (*ens possibile*), ja selbst was niemals existieren, sondern nur vorgestellt werden kann (*ens rationis*), ist ein Gegenstand, kurz alles, was nicht nichts, sondern in irgend einem Sinne ‘etwas’ ist, ist ein Gegenstand.” (ZL, pp. 37-8)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto central desta pesquisa foi tratar da diferença entre conteúdo e objeto de um autor específico numa obra específica. Para tal projeto, realizamos o seguinte percurso: iniciamos com uma consideração sobre Brentano e, neste passo, percebemos que as teses expostas por este autor foram imprescindíveis para o desenvolvimento das teorias de Twardowski. O segundo passo foi apresentar a distinção entre conteúdo e objeto e as particularidades de Twardowski perante Höfler e Brentano. A principal crítica de Twardowski a Brentano é que, assim como “representação”, o termo “representado” também é ambíguo e aquilo que se entende por “objeto imanente” é, em realidade, o conteúdo de representação. Propõe-se, assim, uma tripla distinção do fenômeno psíquico em: ato, conteúdo e objeto. Esta distinção culmina na constituição de uma teoria dos objetos em geral defendida por Twardowski. Surge, portanto, a necessidade de reconsiderarmos, num terceiro momento, alguns pontos problemáticos da teoria desse filósofo, que se pauta principalmente sobre o conceito de realidade e possibilidade.

Apesar de Twardowski apresentar em *Zur Lehre* algumas vacilações e afirmações duvidosas sobre alguns temas, tal como vimos na última parte deste texto, se nos detivermos nas teses gerais defendidas por ele, e não em teses isoladas, podemos perceber novidades em diversos aspectos do conhecimento humano, tais como nas perspectivas psicológica, linguística e lógica.

A obra estudada, apesar de relativamente pequena no que diz respeito ao número de páginas, possui uma riqueza de ideias e teses que são defendidas pelo autor. Sem considerar todos estes detalhes, mas nos concentrando apenas no que foi descrito acima, podemos destacar as seguintes novidades apresentadas por Twardowski:

1. o conceito de conteúdo como mediador entre o ato e o objeto. Muitos filósofos haviam distinguido conteúdo e objeto antes de Twardowski, mas a novidade é que ele reformula a teoria da intencionalidade sob uma nova perspectiva, colocando o conteúdo em uma relação intencional com o objeto;
2. a distinção proposta tem sua contraparte linguística, que se pode confirmar pelas funções do nome, já que há um termo médio na relação intencional, a saber: o significado;
3. a utilização de adjetivos determinantes e modificantes para a expressão “o representado”. Apesar de Twardowski afirmar que está apenas demonstrando a ambiguidade do termo representado, esta análise apresenta, na verdade, um diferente comportamento lógico da palavra em questão (cf. WOLEŃSKI, 1998, p. 30).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTAZZI, L. "Brentano, Twardowski, and polish scientific philosophy". In: CONIGLIONE, F. *Polish scientific philosophy: the Lvov-Warsaw School*. Amsterdam-Atlanta, GA: Rodopi, 1993, p. 11-40.
- _____; LIBARDI, M.; POLI, R. (Ed.). *The school of Franz Brentano*. Dordrecht: Springer-Science/Business Media (Nijhoff International Philosophy Series v. 52), 1996.
- _____. *Immanent realism: An introduction to Brentano*. Studies in epistemology, logic, methodology, and philosophy of science v. 333. Dordrecht: Springer, 2006a.
- _____. "Retrieving intentionality: a legacy from the Brentano school". In: JADACKI, J.; PAŚNICZEK, J. (Org.). *The Lvov-Warsaw School: the new generation*. Amsterdam/New York: Rodopi, 2006b, p. 291-314.
- BAUMGARTNER, W.; KRAUS, A. (Org.). *Brentano Studien: Internationales Jahrbuch der Franz Brentano Forschung*. Würzburg: Röhl, v. 8, p. 15-35, 1998.
- BETTI, A.; VAN DER SCHAAR, M. "The road from Vienna to Lvov Twardowski's theory of judgement between 1894 and 1897". In: BRANDL, J. L.; DAVID, M.; STUBENBERG, L. (Org.). *Grazer Philosophische Studien: international Zeitschrift für Analytische Philosophie*. Amsterdam/New York: Rodopi, v. 67, n. 1, p. 1-20, 2004.
- _____. "Kazimierz Twardowski". In: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: Editorial Board 2011. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/twardowski>>, acessado em 10 maio 2014.
- BRAIDA, C. R. *Três aberturas em ontologia: Frege, Twardowski e Meinong*. Florianópolis: Rocca Brayde Edições, 2005.
- _____. (Org. e Trad.). *Antologia de ontologia: textos selecionados*. Florianópolis: Rocca Brayde, 2011.
- BRANDL, J. L.; DAVID, M.; STUBENBERG, L. (Org.). *Grazer Philosophische Studien: international Zeitschrift für*

- Analytische Philosophie. Amsterdam/New York: Rodopi, v. 67, n. 1, p. 1-20, 2004.
- BRENTANO, F. *Psychologie vom empirischen Standpunkt*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1874.
- _____. *Psicologia desde un punto de vista empírico*. Trad. José Gaos. Madrid: Revista de Occidente, 1935.
- _____. *Psychologie vom empirischen standpunkt*. Erster Band. Ed. Oskar Kraus. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1973.
- _____. *Psychology from an empirical standpoint*. Trad. A. C. Rancurrello, D. B. Terrel e Linda L. McAlister. London/New York: Routledge, 1995.
- _____. *Psicologia desde un punto de vista empírico*. Trad. Hernán Scholte. Madrid: Universidade Complutense. Disponível em: <<http://fsmorente.filos.ucm.es/publicaciones/recursos/Brentano.pdf>>, acessado em 18 maio 2014.
- CAVALLIN, Jens. *Content and object: Husserl, Twardowski and psychologism*. Dordrecht/Boston/London: Kluwer Academic Publishers, 1997.
- CONIGLIONE, F.; POLI, R.; WOLENSKI, J. *Polish scientific philosophy: the Lvov-Warsaw School*. Amsterdam-Atlanta, GA: Rodopi, 1993.
- DE BOER, Th. *The development of Husserl's thought*. Trad. Theodore Plantinga. The Hague: Martinus Nijhoff, 1978.
- FREGE, G. "Leis básicas da aritmética, Prólogo". In: *Três aberturas em ontologia: Frege, Twardowski e Meinong*. Florianópolis: Rocca Brayde Edições, 2005.
- _____. "O pensamento". In: *Investigações lógicas*. Org. Trad. P. Alcoforado. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.
- _____. "Sobre o sentido e a referência". In: FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. Trad. Paulo Alcoforado. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009.
- GROSSMANN, R. "Introdução e tradução". In: TWARDOWSKI, K. *On the content and object of presentation: a psychological investigation*. Trad. R. Grossmann. The Hague: Martinus Nijhoff, 1977.

- HANNIBALSSON, Arnór. *Roman Ingarden's Ontology*. University of Edinburgh: Reykjavík, 1973 (2008).
- HICKERSON, Ryan. Getting the quasi-picture: Twardowskian representationalism and Husserl's argument against it. *Journal of the History of Philosophy*, v. 43, n. 4, p. 461-80, 2005.
- _____. *The history of intentionality: theories of consciousness from Brentano to Husserl*. London/New York: Continuum, 2007.
- _____. "Twardowskian and representationalism". *The Baltic International Yearbook of Cognition, Logic and Communication 200 Years of Analytical Philosophy*, v. 4, p. 1-19, 2009.
- HUSSERL, E. *Logische Untersuchungen 2: Untersuchungen zur Phänomenologie und Theorie der Erkenntnis*. Halle: Niemeyer, 1901 (1980).
- _____. *Aufsätze und Rezensionen (1890-1910)*. (Hua 22) Edited by B. Rang. The Hague, Netherlands: Martinus Nijhoff, 1979a.
- _____. "Intentionale Gegenstände (1894)". In: HUSSERL, E. *Aufsätze und Rezensionen (1890-1910)*. (Hua 22) Edited by B. Rang. The Hague, Netherlands: Martinus Nijhoff, 1979b.
- _____. "Besprechung von: K. Twardowski, Zur Lehre vom Inhalt und Gegenstand der Vorstellungen. Eine psychologische Untersuchung, Wien 1894 (Ende 1896)". In: HUSSERL, E. *Aufsätze und Rezensionen (1890-1910)*. (Hua 22) Edited by B. Rang. The Hague, Netherlands: Martinus Nijhoff, 1979c.
- _____. "Critical discussion of K. Twardowski, Zur Lehre vom Inhalt und Gegenstand der Vorstellungen. Eine psychologische Untersuchung". In: HUSSERL, E. *Early writings in the philosophy of logic and mathematics*. Trad. D. Willard. Dordrecht: Springer Science/Business Media, 1994a.

- _____. *Early writings in the philosophy of logic and mathematics*. Trad. D. Willard. Dordrecht: Springer Science/Business Media, 1994b.
- _____. "Intentional Objects". In: HUSSERL, E. *Early writings in the philosophy of logic and mathematics*. Trad. D. Willard. Dordrecht: Springer Science/Business Media, 1994c.
- JACQUETTE, D. "Brentano's concept of intentionality". In: JACQUETTE, D. (Ed.) *The Cambridge Companions to Brentano*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004a.
- _____. (Ed.) *The Cambridge Companions to Brentano*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004b.
- JADACKI, J.; PAŚNICZEK, J. (Org.). *The Lvov-Warsaw School: the new generation*. Amsterdam/New York: Rodopi, 2006.
- KAUFMANN, J. N. Brentano, Twardowski, Husserl: esboço de uma teoria fenomenológica do conteúdo. *Manuscrito*, Ed. Unicamp, n. XXIII(2), p. 133-61, 2000.
- KENNY, A. *Introducción a Frege*. Trad. C. G. Trevijano. Madrid: Ediciones Cátedra, 1995.
- LEITE JÚNIOR, P. L. Alguns aspectos da semântica de Ockham. Pelotas: UFPel, *Dissertatio* [22], p. 63-80, 2005.
- MILL, J. S. *A system of logic ratiocinative and inductive, being a connected view of the principles of evidence and the methods of scientific investigation* (Books I-III). Ed. John M. Robson, Introduction by R.F. McRae. Toronto/London: University of Toronto Press/Routledge and Kegan Paul, 1974. The Collected Works of John Stuart Mill, v. VII.
- MONTICELLI, P. *Sobre a relação essencial da estrutura ontológica dos fenômenos psíquicos com a estrutura epistemológica da psicologia em Franz Brentano na Psicologia do ponto de vista empírico*. 2005. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
- _____. *A relação ao objeto: um estudo a partir do pensamento de Francisco Suárez*. 2010. Tese (doutorado) apresentada

- ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
- MURALT, A. *A metafísica do fenômeno: as origens medievais e a elaboração do pensamento fenomenológico*. Trad. P. Martins. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- POLI, Roberto. "Kazimierz Twardowski (1866-1938)". In: ALBERTAZZI, L.; LIBARDI, M.; POLI, R. (Ed.). *The school of Franz Brentano*. Dordrecht: Springer-Science/Business Media (Nijhoff International Philosophy Series v. 52), 1996.
- PORTA, M. A. G. Franz Brentano: equivocidad del ser y objeto intencional. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 105, p. 97-118, 2002.
- _____. A polêmica em torno ao psicologismo de Bolzano a Heidegger. *Síntese – Revista de Filosofia*, v. 31, n. 99, p. 107-31, 2004.
- _____. Un analisis del opúsculo de Kasimir Twardowski "Inhalt und Gegenstand" en la perspectiva de su significación para la escuela de Brentano. *Síntese*, Belo Horizonte, v. 34, n. 109, p. 261-82, 2007.
- _____. Psicologismo transcendental y psicología fenomenológica. *Natureza Humana*, n. 12(1), p. 197-228, 2010.
- _____. "Da crítica ao psicologismo à crítica da psicologia". In: TOURINHO, C. D. C. (Org.). *Temas em fenomenologia*. Rio de Janeiro: Booklink, 2012, pp. 48-75.
- _____. (Org.) *Brentano e a sua escola*. São Paulo: Loyola, no prelo (Leituras Filosóficas).
- REICHER, M. "Nonexistent Objects". In: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: Editorial Board, 2012. Disponível em: < <http://plato.stanford.edu/entries/nonexistent-objects/>>, acessado em 10 maio 2014.
- ROLLINGER, R. D. "Husserl and Twardowski". In: ROLLINGER, R. D. *Husserl's position in the school of Brentano*. Netherlands: Springer, 1999a, p. 139-153.
- _____. *Husserl's position in the school of Brentano*. Netherlands: Springer, 1999b.

- _____. "Brentano's Psychology and Logic and the Basis of Twardowski's Theory of Presentations". *The Baltic International Yearbook of Cognition, Logic and Communication 200 Years of Analytical Philosophy*, v. 4, p. 1-23, 2009.
- SCHUHMANN, K. "Husserl and Twardowski". CO-NIGLIONE, F.; POLI, R.; WOLENSKI, J. *Polish scientific philosophy: The Lvov-Warsaw School*. Amsterdam-Atlanta, GA: Rodopi, 1993.
- SMITH, B. *Austrian Philosophy: the legacy of Franz Brentano*. Chicago and LaSalle: Illinois, 1994.
- SPIEGERBERG, H. *The phenomenological movement: a historical introduction*. 2. ed. Netherlands: Martinus Nijhoff/The Hague, 1965.
- TEIXEIRA, D. Intencionalidade no horizonte da fenomenologia. De Brentano às *Logische Untersuchungen* de E. Husserl. *Ethica*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1/2, p. 39-82, 2003.
- _____. "Abschied vom Immanenten Objekt" (Concepções de intencionalidade na escola de Brentano). In: PORTA, M. A. G. (Org.) *Brentano e a sua escola*. São Paulo: Loyola, no prelo (Leituras Filosóficas).
- TIENSON, J. *Kasimir Twardowski on the content of presentations*. Memphis: Springer Science/Business Media Dordrecht, 2013. Disponível em: <<http://professorvargasguillen.files.wordpress.com/2013/04/kasimir-twardowski-on-the-content-of-presentations-2013.pdf>>, acessado em 18 maio 2014.
- TWARDOWSKI, K. *Zur Lehre vom Inhalt und Gegenstand der Vorstellungen: eine psychologische Untersuchung*. München/Wien: Philosophia Verlag GmbH, 1894 (1982).
- _____. *On the content and object of presentation: a psychological investigation*. Trad. R. Grossmann. The Hague: Martinus Nijhoff, 1977.
- _____. *On actions, products and other topics in philosophy*. Trad. A. Szylewicz. Ed. J. L. Brandl, J. Woleński. Amsterdam-Atlanta, GA: Rodopi, 1999.

- _____. “Para a doutrina do conteúdo e do objeto das *representações*”. In: BRAIDA, C. R. (Org. e Trad.) *Três Aberturas em ontologia: Frege, Twardowski e Meinong*. Florianópolis: Rocca Brayde Edições, 2005.
- _____. “Para a doutrina do conteúdo e do objeto das *representações*”. In: BRAIDA, C. R. (Org. e Trad.) *Antologia de ontologia: textos selecionados*. Org. e Trad. C. R. Braida. Florianópolis: Rocca Brayde, 2011.
- VAN DER SCHAAR, Maria. From analytic psychology to analytic philosophy: the reception of Twardowski’s ideas in Cambridge. *Axiomathes*, v. 7, n. 3, p. 295-324, 1996.
- WOLEŃSKI, J. *Twardowski and the distinction between content and object*. In: BAUMGARTNER, W.; KRAUS, A. (Org.). *Brentano studien: Internationales Jahrbuch der Franz Brentano Forschung*. Würzburg, v. 8, p. 15-35, 1998.
- _____. “Reism”. In: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: Editorial Board 2012. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/reism/>>, acessado em 10 maio 2014.
- YAGISAWA, T. “Possible Objects”. In: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: Editorial Board, 2009. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/possible-objects/>>, acessado em 10 maio 2014.

O presente livro tem por objetivo investigar a distinção entre conteúdo e objeto de representação tal como apresentada por Kasimir Twardowski em seu opúsculo *Zur Lehre vom Inhalt und Gegenstand der Vorstellungen*. Nosso objeto de estudo é a distinção entre conteúdo e objeto de Twardowski perante as teorias de Brentano e Höfler. Esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica e os procedimentos são voltados para a reconstituição, análise e reflexão sobre o tema. Defendemos a tese de que as particularidades da distinção de Twardowski podem ser evidenciadas: primeiro, por sua concepção de conteúdo como uma instância mediadora entre o ato e o objeto de representação; segundo, porque esta distinção tem sua contraparte linguística a partir das funções do nome; e terceiro, pelas diferentes funções lógicas exercidas pelo adjetivo “o representado”.

(O Autor)

CONCEPÇÃO

Dissertação de Mestrado

Programa de Estudos Pós-graduados da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC-SP)

Apolodoro Virtual Edições



978-85-93565-43-4